



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V**

**CENTRO DE CIÊNCIA BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA GABRIELA GALINDO DE OLIVEIRA

**A CULTURA ESTRATÉGICA DO JAPÃO DURANTE O SEGUNDO GOVERNO DE
SHINZO ABE (2012-2020)**

**JOÃO PESSOA
2021**

MARIA GABRIELA GALINDO DE OLIVEIRA

**A CULTURA ESTRATÉGICA DO JAPÃO DURANTE O SEGUNDO GOVERNO DE
SHINZO ABE (2012-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite.

**JOÃO PESSOA
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48c Oliveira, Maria Gabriela Galindo de.
A cultura estratégica do Japão durante o segundo Governo de Shinzo Abe (2012-2020) [manuscrito] / Maria Gabriela Galindo de Oliveira. - 2021.
68 p. : il. colorido.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2021.
"Orientação : Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Cultura estratégica. 2. Japão. 3. Shinzo Abe. 4. Segurança. I. Título

21. ed. CDD 363.1

MARIA GABRIELA GALINDO DE OLIVEIRA

A CULTURA ESTRATÉGICA DO JAPÃO DURANTE O SEGUNDO GOVERNO DE
SHINZO ABE (2012-2020)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Aprovada em: 25/02/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Aline Chianca Dantas
Universidade Paulista (UNIP)

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo carinho e presença constantes.

Aos amigos, pelas palavras de incentivo e apoio.

Ao meu orientador, pela paciência infindável e pelos sábios conselhos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais da UEPB, que contribuíram para minha formação e para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento sempre que necessário.

À CAPES, sem a qual esta pesquisa não seria finalizada. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“[...] I am back, and so shall Japan be”

(Shinzo Abe, 2013)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal identificar a cultura estratégica do Japão durante o segundo mandato de Shinzo Abe entre os anos de 2012 e 2020. Shinzo Abe foi responsável por mudanças inéditas na política de segurança do Japão enquanto atuava como Primeiro-Ministro. Estas transformações fortalecem o país militarmente de forma não vista desde a Segunda Guerra Mundial e afastam-se dos valores pacifistas defendidos na Constituição de 1947. Para analisar este fenômeno à luz da teoria da cultura estratégica, divide-se a pesquisa em três capítulos. O primeiro capítulo define cultura estratégica, trazendo as discussões e pesquisadores mais importantes da área. O segundo capítulo detalha as principais medidas tomadas por Shinzo Abe entre os anos de 2012 e 2020 na área de segurança e defesa do Japão. O terceiro capítulo analisa o governo de Abe à luz da cultura estratégica e dos fatores que a influenciam. Através de um estudo de caso com a observação de dados específicos relacionados com a teoria da cultura estratégica e o governo de Shinzo Abe, percebe-se que o Japão vive um momento de mudança em sua cultura estratégica, afastando-se do pacifismo adotado desde 1945. Shinzo Abe é responsável por esta mudança, mas conta com o apoio do seu partido, o Partido Liberal Democrático, e de grande parte da Dieta Nacional do Japão. A opinião pública japonesa também se torna favorável aos planos de Abe após a percepção de ameaça cada vez maior vinda da ascensão chinesa, dos testes de mísseis da Coreia do Norte, das tensões com a Coreia do Sul, e da dependência dos Estados Unidos para garantir a segurança nacional do Japão.

Palavras-Chave: Cultura Estratégica. Japão. Shinzo Abe. Segurança.

ABSTRACT

This dissertation's main objective is to identify Japan's strategic culture during Shinzo Abe's second term between the years 2012 and 2020. Shinzo Abe was responsible for unprecedented changes in Japan's security policy while serving as Prime Minister. These transformations have strengthened the country militarily in a way that has not been seen since World War II and depart from the pacifist values advocated in the 1947 Constitution. To analyze this phenomenon based on the theory of strategic culture, the research is divided into three chapters. The first chapter defines strategic culture, bringing forward the most important discussions and researchers in the area. The second chapter details the main measures taken by Shinzo Abe between the years 2012 and 2020 in the area of security and defense in Japan. The third chapter analyzes the Abe government in the light of the strategic culture and the factors that influence it. Through a case study with the observation of data specific to the theory of strategic culture and Shinzo Abe's government, it is perceived that Japan is experiencing a moment of change in its strategic culture, moving away from the pacifism adopted since 1945. Shinzo Abe is responsible for this change, but has the support of his party, the Liberal Democratic Party, and of much of Japan's national DIET. Japanese public opinion is also in favor of Abe's plans after the perceived increasing threat from the Chinese rise, from North Korea's missile tests, from tensions with South Korea, and the dependence in the United States to guarantee Japan's national security

Keywords: Strategic Culture. Japan. Shinzo Abe. Security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mudanças no Orçamento para Defesa do Japão 2006-2020.....	37
----------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Principais medidas no campo de segurança nacional entre 2012 e 2020.....	49
----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	Cooperação Econômica da Ásia Pacífico
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DNPD	Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa
ESN	Estratégias de Segurança Nacional
FAJ	Forças de Autodefesa do Japão
PDJ	Partido Democrático do Japão
PLD	Partido Liberal Democrata
TPP	Parceria do Transpacífico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A CULTURA ESTRATÉGICA E OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	17
2.1	A Introdução de Aspectos Culturais na área das Relações Internacionais	17
2.2	Cultura Estratégica: Origem, Conceptualização e Discussão	19
2.3	Os Estudos da Cultura Estratégica na Ásia-Pacífico	25
2.4	Considerações Parciais	27
3	A POLÍTICA DE SEGURANÇA DE SHINZO ABE (2012-2020)	29
3.1	Origens Ideológicas, Primeiro Mandato e Doutrina Abe	29
3.2	Mudanças Legislativas, Novos Acordos e Diretrizes	32
3.3	Cooperação Regional e Internacional	38
3.3.1	<i>A parceria com os Estados Unidos da América (EUA)</i>	38
3.3.2	<i>As relações com a China</i>	40
3.3.3	<i>Japão e os países da Península Coreana</i>	41
3.3.4	<i>ASEAN e Rússia</i>	43
3.4	Considerações Parciais	44
4	A CULTURA ESTRATÉGICA DE SHINZO ABE	46
4.1	As Culturas Estratégicas Passadas do Japão	46
4.2	Elementos Formadores da Cultura Estratégica do Governo Abe	49
4.2.1	<i>Geografia e História</i>	50
4.2.2	<i>Estrutura Política e Organizações de defesa</i>	51
4.2.3	<i>Mitos e símbolos</i>	53
4.2.4	<i>Documentos relevantes para a estratégia nacional</i>	54
4.2.5	<i>Normas transnacionais, Mudanças geracionais e Tecnologia</i>	56
4.2.6	<i>Os Proprietários da Cultura Estratégica</i>	57
4.3	Considerações Parciais	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

No dia 26 de agosto de 2020, Shinzo Abe tornou-se o Primeiro-Ministro do Japão há mais tempo servindo continuamente no cargo, contabilizando 2799 dias no posto desde 2012, quando assumiu pela segunda vez a posição (TOGOH, 2020). Dois dias depois, porém, Abe anunciou sua renúncia ao cargo por problemas de saúde, deixando oficialmente o posto de Primeiro-Ministro japonês em 16 de setembro de 2020.

Shinzo Abe teve contato desde cedo com a política, através da influência de sua família: seu pai foi Ministro das Relações Exteriores, e tanto seu avô quanto seu tio-avô foram Primeiros-Ministros do Japão (HUGHES, 2015, p.9). A proximidade com estas importantes figuras do governo japonês contribuiu para o rápido começo de Abe na carreira política, mas também definiu, desde cedo, as prioridades e ideologias que ele seguiria pelos próximos anos.

Desde seu primeiro mandato como Primeiro-Ministro, em 2006, Shinzo Abe deixou clara sua posição como político de cunho conservador e nacionalista. Membro, mas também fundador de grupos revisionistas do Japão, Abe faz parte da cada vez mais forte ala política japonesa que pede pela reinterpretação constitucional, pela maior capacidade militar do país e por uma atuação mais expressiva na ordem internacional (NAKANO, 2018, p.213).

O Japão, desde a derrota na Segunda Guerra Mundial e consequente ocupação territorial pelos Estados Unidos, é regido por uma Constituição nacional de caráter pacifista. Em seu nono artigo, fica estipulada a renúncia japonesa ao direito de guerra, bem como a quaisquer formas de forças militares que possam ser mantidas por um Estado (JAPÃO, 1947). Assim sendo, o Japão não pode declarar guerra a outros países e possui apenas suas Forças de Autodefesa para segurança nacional, contidas por uma série de restrições para sua atuação. Posteriormente, ficou determinado que a defesa do Japão ficaria a cargo de seu aliado, os Estados Unidos, que mantiveram as bases militares da época da guerra em território japonês (TREATY, 1951).

Após a Segunda Guerra Mundial, a opinião pública japonesa era favorável às novas políticas de pacifismo, influenciadas pelas forças estrangeiras e elites japonesas que queriam um Japão cada vez mais democrático (BERGER, 1998, p.269). Ainda assim, existiam grupos contrários à nova Constituição do país, alegando que a mesma possuía elementos divergentes da cultura japonesa e que havia sido imposta pelos países vitoriosos da guerra, principalmente pelos Estados Unidos, que ocupava o Japão na época e tornara-se o garantidor primário da segurança nacional (NAKANO, 2018, p.204).

Shinzo Abe faz parte deste movimento e, enquanto Primeiro-Ministro do Japão, possuía como um de seus objetivos principais, a revisão da Constituição nacional e a maior atuação do

país em questões de segurança e defesa internacionais. Um de seus primeiros discursos ao regressar ao posto de premiê japonês, em fevereiro de 2013, afirmava que o Japão estava retornando, mais forte, assertivo e engajado na cooperação multilateral (ABE, 2013).

O segundo mandato de Shinzo Abe como Primeiro-Ministro do Japão, entre os anos de 2012 e 2020, é marcado por expressivas mudanças quanto à política de segurança do país. Enquanto governava, Abe criou o Conselho de Segurança Nacional e publicou as novas Estratégias de Segurança Nacional (ESN) e as Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa (DNPD), fortalecendo a estrutura administrativa de defesa do Japão e renovando suas metas para a segurança nacional.

Em 2014, os esforços de Shinzo Abe resultaram na legitimação do direito de defesa coletivo do Japão, permitindo que o país atuasse nos esforços de segurança de seus aliados e aumentasse sua capacidade de responder às situações de conflitos ou ameaças internacionais (HUGHES, 2015, p.42). Ainda em 2014, Abe autoriza novos acordos que garantem a exportação e o desenvolvimento de materiais militares no Japão, estimulando a indústria nacional e adicionando novas áreas de atuação japonesa no cenário internacional (PYLE, 2018, p.82).

Intencionando incrementar ainda mais as capacidades de resposta do Japão às situações de segurança internacional, em 2015, Shinzo Abe aprova a Legislação para Paz e Segurança. Este documento em específico preza pela participação proativa do Japão na manutenção da paz internacional, mas garante que o país não se afaste de seus princípios pacifistas (JAPÃO, 2016b). A Legislação, contudo, possibilita a atuação das Forças de Autodefesa do Japão em cenários onde a segurança nacional esteja em risco, mesmo fora do território japonês e envolvendo aliados do país (JAPÃO, 2016b).

Estas mudanças inéditas das políticas de segurança e defesa do Japão foram promovidas por Shinzo Abe para fortalecer o país militarmente. Para alcançar estas metas, Abe contou com o apoio do Partido Liberal Democrático (PLD), do qual faz parte e que compõe a maioria política na Dieta Nacional do Japão, configurando-se como o partido com mais Primeiros-Ministros no poder desde a década de 1950. Um grande número dos membros do PLD, e consequentemente da Dieta Nacional, participam também de grupos revisionistas e nacionalistas (OKUYAMA, 2019, p.173).

Apesar de existentes no cenário político japonês desde o pós-Segunda Guerra Mundial, estes grupos conservadores não possuíam força o suficiente para passarem medidas que alterassem as configurações de segurança do Japão da forma como queriam. Nas últimas décadas, porém, algumas transformações regionais e internacionais impulsionaram o aumento

de poder destes grupos nos altos escalões políticos do Japão, bem como levaram a opinião pública a ser favorável aos seus planos.

A ascensão econômica e política chinesa e as disputas territoriais no Mar do Sul da China, as ameaças vindas da Coreia do Norte e seus constantes testes armamentistas, a tensa relação com a Coreia do Sul sobre as agressões causadas pelo Japão durante guerras passadas, são alguns dos motivos que influenciaram a maioria política japonesa a aumentar suas capacidades militares nos últimos anos (NAZARI, 2017, p.42). A percepção de insegurança regional não apenas fortaleceu o posicionamento de Abe e seus aliados quanto a uma mudança nas políticas de segurança do Japão, mas também colocou a população do país a seu favor (WEXLER, 2020, p.27).

Para melhor compreensão das mudanças inéditas ocorridas durante o segundo mandato de Shinzo Abe, pode-se utilizar a teoria da cultura estratégica. Elementos culturais estão presentes nos estudos de Relações Internacionais desde a década de 1980 e são considerados fatores influentes na política de um Estado. Quanto à cultura estratégica, seu conceito surge durante a Guerra Fria, quando, para compreender as ações da União Soviética, é utilizado um ponto de vista cultural (SNYDER, 1977, p.8-9).

Nesta pesquisa, adota-se a definição de cultura estratégica como um conjunto de símbolos, hábitos, valores, padrões de comportamento e outros fatores culturais que influenciam o modo como uma nação forma sua estratégia, responde às ameaças e utiliza sua força (BOOTH, 1990, p.121). A geografia de um Estado, sua experiência histórica, seus mitos e símbolos, suas organizações de defesa, documentos relevantes para sua estratégia, normas transnacionais, mudanças geracionais e de tecnologia são algumas das fontes da cultura estratégica analisadas neste trabalho (UZ ZAMAN, 2009, p.82). As elites, instituições políticas e a opinião pública em um Estado são considerados os proprietários da cultura estratégica, responsáveis pela sua manutenção, e também são elencados nos estudos de cultura estratégica nesta dissertação (UZ ZAMAN, 2009, p.82).

Os estudos de cultura estratégica estendem-se por décadas e através de três gerações de pesquisadores, cada qual focada em aspectos diferentes da teoria: a primeira geração se dedicou às análises da Guerra Fria e de seus principais atores, Estados Unidos e União Soviética; a segunda geração destacou o papel das hegemonias e das experiências históricas na formação da cultura estratégica de um Estado; e a terceira geração dedicou-se a buscar maior clareza para o conceito de cultura estratégica e para a aplicação de testes para confirmar suas teorias (REEVES, 2004, p. 140).

Pesquisas sobre mudanças na cultura estratégica de um Estado cresceram nas últimas décadas, levantando questionamentos sobre a possibilidade de isso ocorrer ou não. Charlton e Lantis (2011) criaram um modelo para análise da mudança de cultura estratégica, enumerando algumas condições necessárias para a ocorrência deste fenômeno: alterações na geopolítica ou na geoestratégia, pontuadas por choques externos, podem levar a uma reconsideração do comportamento ou ordenamento de segurança e defesa de um país (CHARLTON e LANTIS, 2011, p.294-295).

Ao aplicar os estudos de cultura estratégica na Ásia, percebe-se algumas diferenças da região para com o resto do mundo. Estas diferenças partem justamente de suas experiências históricas compartilhadas, especificamente, a colonização por nações ocidentais e os conflitos e guerras entre os países da própria região. Dessa forma, a cultura estratégica na Ásia possui características bem particulares: existe a preferência por uma visão a longo prazo; forte influência cultural e social de cada país; favorecimento do bilateralismo; comprometimento com os princípios de não-intervenção e soberania de cada Estado; escolha pela informalidade nas tomadas de decisão, uma abordagem pragmática, multidimensional e que integre a sociedade civil com os aspectos militares (BALL, 1993, p.46-47).

O Japão possuiu três culturas estratégicas próprias, que compartilham as particularidades da cultura estratégica asiática. A primeira, de um ponto de vista internacional, é considerada isolacionista e não-militar e ocorreu no período anterior à 1850, quando o Japão estava com suas fronteiras fechadas para o resto do mundo (OROS, 2014, p.231). A segunda cultura estratégica do Japão ocorreu entre 1850 e 1945 e foi caracterizada pela preferência ao prestígio internacional, às tecnologias avançadas e ao poder militar, guiando o Japão rumo à expansão territorial e à Segunda Guerra Mundial (OROS, 2014, p.231-232). Após a derrota em 1945, surge a terceira cultura estratégica do Japão, baseada no antimilitarismo e no pacifismo, seguindo a nova Constituição japonesa, promulgada em 1947 (OROS, 2014, p.232).

Ao impulsionar o aumento da capacidade de defesa do Japão, Shinzo Abe afasta-se da cultura estratégica pacifista e incita os questionamentos acerca do momento que o Japão vive e se este seria o caso de rompimento do país com o pacifismo. É necessário, primeiro, um aprofundamento destas mudanças e medidas inéditas, bem como de cada fator que influencia a cultura estratégica de um Estado e como eles se configuram durante o governo de Shinzo Abe, para esclarecer o cenário atual japonês.

Desta forma, esta dissertação pretende responder a seguinte pergunta: há uma nova cultura estratégica do Japão durante o segundo mandato de Shinzo Abe entre os anos de 2012-2020? Partindo deste problema, pode-se pensar em três hipóteses distintas: 1ª) não há uma nova

cultura estratégica do Japão nos anos do segundo mandato de Shinzo Abe, com o país ainda se mantendo com sua cultura estratégica pacifista; 2ª) não há uma nova cultura estratégica do Japão, mas há uma transição ou uma evolução da antiga cultura estratégica pacifista para uma nova cultura estratégica mais militarista; e 3ª) há uma nova cultura estratégica do Japão durante o período de governo de Shinzo Abe e voltada para o militarismo japonês.

Identificar a cultura estratégica do Japão durante o segundo governo de Shinzo Abe entre os anos de 2012 e 2020 é o objetivo principal desta pesquisa. Para tanto, esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo definir o que é cultura estratégica. Para isso, será abordado o tema de cultura no estudo das Relações Internacionais, especificamente em questões de segurança. Após isto, serão apresentados os conceitos de cultura estratégica e as discussões dentro desta área de estudo, com a apresentação dos seus principais pesquisadores. Algumas considerações também serão feitas sobre mudanças da cultura estratégica e como isto ocorre. Por fim, deverá ser aplicada a teoria de cultura estratégica no contexto político da Ásia, para melhor compreensão do tema e da região onde o objeto desta pesquisa se insere.

O segundo capítulo pretende detalhar o segundo mandato de Shinzo Abe como Primeiro-Ministro do Japão, nos anos de 2012 e 2020, e sua política de segurança nacional, dado que este foi o período mais longo de Abe no cargo e também de grandes mudanças na área de defesa e segurança do Japão das últimas décadas. Primeiramente, serão tratadas as origens ideológicas de Shinzo Abe, especificamente as contribuições de seu avô, ex-Primeiro-Ministro do Japão Kishi Nobusuke, e do movimento conservador japonês. Posteriormente, serão listadas as principais mudanças ocorridas durante o segundo mandato de Abe quanto à política de segurança e defesa do Japão, especialmente os novos acordos, legislações e órgãos de defesa. Por fim, será feita uma descrição das relações do Japão com determinados parceiros internacionais (Estados Unidos, China, Coreias do Sul e do Norte, países da ASEAN e Rússia) e como Shinzo Abe as administrou durante seu tempo como premiê japonês.

O terceiro e último capítulo objetiva analisar as mudanças ocorridas durante o governo de Shinzo Abe à luz da teoria da cultura estratégica. Inicialmente, serão expostas as três culturas estratégicas passadas do Japão, de acordo com a pesquisa de Andrew Oros (2014), para fins de comparação entre os posicionamentos do país em diferentes momentos históricos. Após, serão elencados os principais pontos do segundo mandato de Shinzo Abe de acordo com a divisão dos elementos formadores de uma cultura estratégica apresentados no primeiro capítulo, bem como a identificação dos proprietários desta cultura estratégica, os responsáveis pela sua manutenção. Por fim, será feita a ponderação acerca do momento do governo de Abe entre os

anos de 2012 e 2020 e como se pode pensar a teoria da cultura estratégica e o Japão especificamente neste cenário.

Esta pesquisa possui caráter qualitativo, exploratório e bibliográfico. Para responder ao problema proposto e alcançar os objetivos delineados, será formado um referencial bibliográfico com base em livros, periódicos e demais documentos pertinentes aos temas de cultura estratégica e de política de segurança do Japão. Entre os documentos selecionados, encontram-se publicações oficiais do governo japonês, como as Constituições de 1890 e de 1947, bem como legislações nacionais e acordos internacionais. Também será utilizado o discurso de Shinzo Abe de fevereiro de 2013, durante sua visita aos Estados Unidos, quando ele deixa claro seus objetivos principais para a política de segurança do Japão, auxiliando na compreensão do tema desta pesquisa.

A presente dissertação também é categorizada como um estudo de caso. Os estudos de caso são definidos como pesquisas empíricas de um ou um pequeno número de fenômenos, com objetivo de explorar cada caso ou elucidar as características de grupos de casos similares, desenvolvendo e avaliando explicações teóricas (RAGIN, 2000, p.64-87, *apud* HENRIQUES, LEITE, JÚNIOR, 2015, p.62). Esta pesquisa trata não apenas o governo de Shinzo Abe, mas especificamente sua contribuição para a cultura estratégica do Japão, trazendo uma visão pouco utilizada para o tema da política japonesa.

Como uma das maiores potências de uma região cada vez mais relevante mundialmente, o Japão é um ator importante nos estudos de Relações Internacionais. Seu poder econômico e político tem influência sobre o cenário internacional, e seu passado histórico foi imprescindível na configuração atual da Ásia e dos países que a formam. Mesmo após a ascensão chinesa e de pesquisas sobre este país, o Japão ainda se configura como um país a ser levado em consideração quando se pensa não apenas na Ásia, mas no contexto internacional como um todo.

Dessa forma, as transformações recentes na política de segurança e defesa do Japão também merecem destaque nos centros de pesquisa de Relações Internacionais. Por mais de cinquenta anos, o Japão não possui uma força militar expressiva ou com capacidade de atuar livremente em conflitos internacionais, mas aos poucos e principalmente durante o segundo mandato de Shinzo Abe, esse status foi mudando. Essa evolução, se continuada, pode significar um momento histórico não apenas para o Japão, mas também para a Ásia e o mundo, por significar o fortalecimento de uma potência regional e sua ascensão como uma força militar, status não alcançado pelo Japão desde a Segunda Guerra Mundial.

2 A CULTURA ESTRATÉGICA E OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este primeiro capítulo tem como objetivo definir o que é cultura estratégica. A base teórica desta dissertação está no estudo de cultura estratégica, portanto é necessário entender como identificá-la, quais elementos a compõem e quem a define. Tratando-se de um conceito que envolve diversas áreas de pesquisa, surgem debates sobre como melhor avaliá-la, opiniões estas que também são esboçadas neste capítulo.

Inicialmente, é explorada a introdução de aspectos culturais nas Relações Internacionais e como é feito o estudo deste tema nas RI, focando principalmente quanto aos aspectos de segurança e defesa. Posteriormente, há a apresentação dos conceitos de cultura estratégica e as discussões geradas pelas três gerações de pesquisadores desta área, com seus estudiosos e suas contribuições mais relevantes. Alguns pontos são levantados quanto à mudança da cultura estratégica e quais fatores podem levar a esta alteração. Por fim, são feitas considerações acerca da teoria da cultura estratégica no contexto político da Ásia e a forma específica que ela toma na região.

2.1 A Introdução de Aspectos Culturais na área das Relações Internacionais

Estudar cultura é um processo complexo, e sua própria conceptualização, um objeto de divergência entre estudiosos. Enquanto o antropólogo Clifford Geertz fala sobre “teias de significado” que cercam o ser humano, e como a cultura seria a própria teia e as análises feitas a seu respeito (GEERTZ, 2008, p.4), o acadêmico Raymond Williams delimita três categorias para entender cultura: 1^a) a ideal, que vê a cultura como parte do processo ou estado da perfeição humana, e de onde podem ser retiradas descrições de valores que compõem uma ordem atemporal; 2^a) a documentária, que vê a cultura como parte do trabalho intelectual e imaginativo em que fica gravada a experiência humana; e 3^a) a social, em que a cultura é a descrição de um modo de vida particular que encontra significado e valor entre o comportamento ordinário e em instituições (UZ ZAMAN, 2009, p.69-70).

Nas Relações Internacionais, aspectos culturais estão presentes em discussões desde a criação das primeiras teorias da área. O Realismo, o liberalismo e suas versões “neo” abordam algumas discussões sobre cultura, mas nunca como fator principal para explicar a política dos atores internacionais, e sim como subproduto da política e da economia (SUPPO, 2012, p.14). Contudo, o pesquisador francês Marcel Merle, ainda em 1985, defendia a criação de um novo

paradigma nas Relações Internacionais em que a cultura seria o fator determinante para explicar o comportamento dos atores internacionais (SUPPO, 2012, p.39).

Conceitos como diplomacia cultural (ligada à política externa e seus aspectos econômicos, políticos e militares) e de relações culturais (ligada à cooperação) foram delineados por J. M. Mitchell em seu livro *International Cultural Relations* de 1986 e ajudaram no desenvolvimento dos estudos sobre cultura nas relações internacionais (HERZ, 1987, p.62). O surgimento da cultura de massa, a universalização da educação e a disseminação da democracia são alguns dos fatores que também auxiliaram no crescimento dessa área de pesquisa.

Para entender melhor a cultura como fator relevante dentro da política, Edward Berman (1983) explicita o modo como aspectos culturais podem influenciar a política ao se tornarem conhecimento comum dentro de uma sociedade, adquirindo, dessa forma, caráter normativo e sendo levados em conta pelos tomadores de decisões:

O conhecimento que se torna aceitável em uma determinada sociedade forma uma parte importante do capital cultural dessa sociedade. Ele também determina as normas intelectuais dessa sociedade. As escolhas feitas por líderes nacionais em relação à direção de uma sociedade são frequentemente baseadas nessas normas, quer sejam conscientemente reconhecidas como tal ou não.¹ (BERMAN, 1983, p.169, *apud*. HERZ, 1987, p.65, tradução livre).

Eunice Durhan vai mais além, falando de como a cultura modela o comportamento político coletivo e constrói o sujeito político:

A língua, a religião, a cor da pele, os hábitos alimentares, a vestimenta, podem ser erigidos em instrumentos de construção de uma identidade coletiva com implicações políticas. Toda a dinâmica dos movimentos sociais envolve necessariamente esse tipo de manipulação simbólica, através do qual se constroem sujeitos políticos coletivos. (DURHAN, 1984, p.87, in: HERZ, 1987, p.67).

A influência da cultura também alcança as questões de segurança. Rashed Uz Zaman, professor do departamento de Relações Internacionais na Universidade de Dhaka em Bangladesh, introduz seu artigo *Strategic Culture: A "Cultural" Understanding of War* afirmando que tradições e valores duradouros definem a maneira com a qual os humanos distinguem o que é certo e o que é errado (UZ ZAMAN, 2009, p.68). Para comprovar sua teoria, Uz Zaman traz o exemplo de Cautília, filósofo indiano do século IV a.C. e autor de *Artaxastra*, uma compilação de todo seu pensamento estratégico e político. O texto do filósofo, segundo

¹ “The knowledge that becomes acceptable within a particular society forms an important part of that society's cultural capital. It also becomes the society's intellectual norms. The choices made by national leaders concerning a society's direction are frequently based on these norms, whether consciously recognized as such or not.” Edward Berman H., *The Ideology of Philanthropy*, 1983, p. 169, in: HERZ, 1987, p. 65.

Uz Zaman, foi incorporado pela sociedade hindu em diversos aspectos do seu cotidiano, inclusive no seu pensamento sobre classe, casta e costumes (UZ ZAMAN, 2009, p.68). Uz Zaman vai além e afirma que tanto Cautília quanto Tucídides e Sun Tzu já traziam em suas obras (Artaxastra, História da Guerra do Peloponeso e Arte da Guerra, respectivamente) a importância de estudar aspectos culturais para entender questões de segurança nacional (UZ ZAMAN, 2009, p.70-71).

Quanto à cultura e sua influência em questões de segurança, o livro *The Culture of National Security* de Peter Katzenstein coloca-se como importante referência. Publicado em 1996, essa obra traz um arranjo de capítulos escritos por diferentes estudiosos sobre diversos debates da cultura na segurança internacional, seja uma exposição teórica desse tema ou uma análise específica sobre determinado ator internacional frente ao tema proposto. A base para todo o livro parte do seu segundo capítulo, *Norms, Identity and Culture in National Security*, escrito pelo próprio Katzenstein, em coautoria de Ronald Jepperson e Alexander Wendt. O capítulo é dividido em duas seções, cada uma tentando provar uma determinada afirmação: a primeira, que o ambiente de segurança nos quais os Estados estão inseridos são formados por uma parte cultural e uma institucional, além de uma parte material; e a segunda, que os ambientes culturais afetam não apenas os incentivos para diferentes tipos de comportamento estatal, mas também a característica básica de um Estado, a sua identidade estatal (JEPPERSON, WENDT, KATZENSTEIN, 1996, p.8).

Através da análise sobre a cultura e sua influência na segurança surge o estudo de cultura estratégica nas Relações Internacionais. O próximo tópico trará as origens dessa área de pesquisa e o seu desenvolvimento através das décadas, mostrando os principais autores e suas visões sobre cultura estratégica.

2.2 Cultura Estratégica: Origem, Conceptualizações e Discussões

Os estudos de cultura estratégica surgiram em meio à Guerra Fria, quando discussões na área das RI começaram a incluir questões sobre comportamento internacional e estatal, a posição do Estado ao pensar nas relações internacionais e características nacionais nessas mesmas relações (REEVES, 2004, p.138). Até este momento, a teoria realista, predominante nos estudos das Relações Internacionais, afirmava que o comportamento dos Estados seria semelhante em uma mesma situação se eles compartilhassem interesses e capacidades iguais, o que fortaleceu a crença de que os Estados Unidos e a União Soviética agiriam e pensariam da mesma forma durante a Guerra Fria. Essa afirmação se mostrou equivocada com a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962, quando as tensões aumentaram entre os dois países e a dúvida sobre

como o lado soviético agiria se tornou uma ameaça à segurança e paz internacional (ALLISON, 1971, p.251).

Jack Snyder, cientista político dos Estados Unidos, publicou em 1977 o relatório *The Soviet Strategic Culture: Implications for Nuclear Options*, no qual utilizou pela primeira vez o termo “cultura estratégica” ao afirmar que a experiência histórica da União Soviética garantia um ponto de vista diferente da dos demais atores (SNYDER, 1977, p.8-9). Após Snyder, Ken Booth, teórico britânico das RI, publicou o livro *Strategy and Ethnocentrism* em 1979, no qual criticou o pensamento ortodoxo que não levava em conta as diferenças e defendeu que a estratégia, para ser objetivamente determinada, precisa considerar as diversidades culturais (REEVES, 2004, p.139). Os trabalhos desses dois teóricos iniciaram o debate sobre cultura estratégica que, ao início da década de 1990, já havia se expandido como área de pesquisa e contava com uma gama de estudos sobre o tema.

Ken Booth define cultura estratégica como:

[...] o conceito de cultura estratégica se refere às tradições, valores, atitudes, padrões de comportamento, hábitos, símbolos, conquistas e modos particulares de se adaptar ao ambiente e resolver problemas de uma nação em respeito à ameaça e ao uso da força (BOOTH, 1990, p.121, tradução livre) ².

De acordo com Yitzhak Klein (1991, p.4), para compreender como uma estratégia é formada e aplicada, não basta estudar a política nacional do ator em questão, mas também levar em consideração sua cultura estratégica. Klein conceitua cultura estratégica como um “conjunto de atitudes e crenças mantidas por uma organização militar em relação ao objetivo político da guerra e a estratégia e o método operacional mais eficaz para alcançá-lo”³ (KLEIN, 1991, p.5). A visão de Klein sobre cultura estratégica está diretamente ligada às organizações militares, o que pode ser comprovado pela própria definição que ele dá à cultura estratégica, mas também por afirmar que o portador e usuário da cultura estratégica de um país é aquele com a autoridade para tomar decisões militares, por definir os objetivos da guerra e os meios para alcançá-los (KLEIN, 1991, p.12).

Para Alastair Johnston, cultura estratégica pode ser entendida a partir do conceito de Geertz sobre cultura:

Cultura estratégica é um sistema integrado de símbolos (por exemplo, estruturas de argumentação, linguagens, analogias, metáforas) que servem para estabelecer preferências estratégicas duradouras e generalizadas ao formular conceitos sobre o

² “The concept of strategic culture refers to a nation's traditions, values, attitudes, patterns of behaviour, habits, symbols, achievements and particular ways of adapting to the environment and solving problems with respect to the threat or use of force.” BOOTH, 1990, p.121.

³ “[...] the set of attitudes and beliefs held within a military establishment concerning the political objective of war and the most effective strategy and operational method of achieving it.” KLEIN, 1991, p.5.

papel e eficácia das forças militares em assuntos políticos interestatais, e revestindo esses conceitos com tal aura de factualidade que as preferências estratégicas parecem unicamente realistas e eficazes. (JOHNSTON, 1995, p.46, tradução livre)⁴.

Para entender como a cultura estratégica limita as escolhas dos atores, Johnston afirma que é necessário traçá-la desde sua fonte, passando pelo seu processo de socialização e terminando nos valores e suposições compartilhadas por aqueles capazes de tomar decisões (JOHNSTON, 1995, p.46). Para facilitar essa análise, Johnston divide cultura estratégica em duas partes: a primeira, o centro do paradigma da cultura estratégica, é formada pelas suposições básicas sobre o papel da guerra nos assuntos humanos, sobre a natureza do adversário, a ameaça que ele representa e sobre a eficácia do uso da força; e a segunda parte, de nível operacional, consiste de hipóteses sobre quais opções estratégicas são mais eficientes para lidar com as ameaças existentes (JOHNSTON, 1995, p.46).

Quanto às fontes da cultura estratégica, vários fatores podem ser listados, a partir de uma análise do seu impacto no desenvolvimento de uma política de segurança. Os mais citados são: a geografia do Estado, seu clima e recursos disponíveis; sua história e experiência; sua estrutura política; a natureza de suas organizações voltadas para defesa; mitos e símbolos; textos importantes com informações sobre as ações estratégicas mais apropriadas; e normas transnacionais, mudanças geracionais e o papel da tecnologia (UZ ZAMAN, 2009, p.82). As elites, as instituições políticas e a opinião pública são elencadas como “proprietárias” da cultura estratégica, as responsáveis pela sua manutenção (UZ ZAMAN, 2009, p.82). Thomas U. Berger, professor de Relações Internacionais na Universidade de Boston e autor do livro *Cultures of Antimilitarism: National Security in Germany and Japan*, de 1998, afirma que as elites possuem papel essencial na formação da narrativa histórica e que a cultura estratégica é uma “realidade negociada entre as elites”, aludindo ao seu poder no momento de tomada de decisões (LANTIS, 2014, p.174).

Ainda, importa salientar que Alastair Johnston, um dos pesquisadores de cultura estratégica, contribuiu enormemente para a área ao dividir seus estudos em três gerações, divisão amplamente aceita pelos demais autores deste campo de pesquisa (UZ ZAMAN, 2009, p.73-74). As gerações e suas características principais ficam assim organizadas: a primeira geração, com foco nas pesquisas sobre a União Soviética, tendo Jack Snyder e Colin Gray como principais representantes; a segunda geração, voltada para o estudo das hegemonias intelectuais,

⁴ “Strategic culture is an integrated ‘system of symbols (e.g., argumentation structures, languages, analogies, metaphors) which acts to establish pervasive and longlasting strategic preferences by formulating concepts of the role and efficacy of military force in interstate political affairs, and by clothing these conceptions with such an aura of factuality that the strategic preferences seem uniquely realistic and efficacious.” JOHNSTON, 1995, p.46.

com Bradley Klein como figura de maior importância; e a terceira geração, que buscava maior clareza dos conceitos envolvidos no estudo de cultura estratégica e tinha o próprio Alastair Iain Johnston como um dos maiores pesquisadores da área na época (REEVES, 2004, p. 140).

A primeira geração, como citada, surgiu na década de 1980 e focou principalmente em análises estratégicas dos Estados Unidos e da União Soviética, em uma tentativa de entender as diferenças entre as duas e as razões por trás disso (JOHNSTON, 1995, p.36). Jack Snyder e seu trabalho sobre a cultura estratégica soviética foi o ponto de partida dessa geração, com as principais vozes vindo de Colin Gray e David Jones.

Para Gray e Jones, as diferenças entre as estratégias dos dois países vinham de variáveis enraizadas nas experiências históricas, geográficas, políticas e culturais de cada um. Gray defendia que a experiência histórica nacional estadunidense criou um modo de pensar e agir sobre o uso da força que, por sua vez, gerou um conjunto de crenças sobre métodos estratégicos compartilhado nacionalmente (JOHNSTON, 1995, p.36). Gray diz:

[...] cultura referindo-se ao modo de pensar e agir em respeito à força, deriva da percepção sobre a experiência histórica nacional, aspiração para auto-caracterização (exemplo, como americano, quem eu sou? Como eu devo pensar, sentir e me comportar?) e das várias e distintas experiências americanas (geografia, filosofia política, cultura cívica, 'modo de vida') que caracteriza um cidadão americano.⁵ (GRAY, 1981, p.22, tradução livre).

David Jones, por sua vez, focou no estudo da cultura estratégica da União Soviética, trabalho semelhante ao de Snyder, citado anteriormente. Ele, contudo, faz uma crítica à Snyder, afirmando que seu estudo focou apenas na questão militar da estratégia soviética, esquecendo os demais fatores (JONES, 1990, p.36). Enquanto isso, Jones via a cultura estratégica soviética fortemente baseada no passado desse país, principalmente na herança como império eurasiático multinacional estabelecido ainda em meados de 1400 (JONES, 1990, p.35). Jones definiu três níveis de fatores que influenciam as escolhas estratégicas de um país: um macro-ambiental, formado pela geografia, história e características etno-culturais; um nível formado pelas estruturas econômicas, políticas e sociais; e um último nível, micro, caracterizado pelas relações civis-militares (JOHNSTON, 1995, p.37).

Os estudos da segunda geração atingiram seu ápice durante a década de 1980, e tem como principais representantes Reginald Stuart, crítico do caráter nacional dos Estados Unidos, Robin Luckham, que foca na militarização da política global, e Bradley Klein, com sua análise do

⁵ “[...] that culture referring to modes of thought and action with respect to force, derives from perception of the national historical experience, aspiration for self-characterization (e.g., as an American, what am I? How should I feel, think, and behave?), and from all of the many distinctively American experiences (of geography, political philosophy, of civic culture, and "way of life") that characterize an American citizen.” GRAY, 1981, p.22.

papel das elites na cultura estratégica nacional (TELLIS, 2016, p.14). A visão da segunda geração argumenta que a cultura estratégica é usada por hegemonias para manipular a tomada de decisões, legitimando modos com os quais o Estado pode utilizar-se da violência contra um inimigo (JOHNSTON, 1995, p.39). Bradley S. Klein, ao tratar da política nuclear dos EUA, exemplificou o foco da segunda geração nas estratégias operacionais para demonstrar o seu pensamento principal sobre cultura estratégica. Além dessa contribuição, Klein também explicitou o pensamento da segunda geração de que a cultura estratégica não partia das elites políticas e militares, mas sim que seria produto da experiência histórica (JOHNSTON, 1995, p.40). As diferentes experiências históricas garantem as diferenças das culturas estratégicas entre cada Estado. Contudo, desde que existe um distanciamento entre cultura estratégica e comportamento, e este último é determinado pelos interesses, o pensamento da segunda geração advoga que a escolha estratégica será constrangida pelos interesses e não pela cultura estratégica, dando abertura para semelhança entre a escolha estratégica dos países, apesar das diferenças de suas culturas estratégicas (JOHNSTON, 1995, p.40).

Para Bradley Klein, a cultura estratégica se refere ao modo como estados hegemônicos se utilizam de forças militares implantadas internacionalmente, e parte de ideologias políticas e do discurso público, que ajudam a definir as ocasiões onde a atuação militar seria necessária (KLEIN, 1988, p.136). A cultura estratégica do país depende de fatores econômicos e políticos, tanto internacionais como diplomáticos, e que garantem as situações nas quais o país pode utilizar-se legitimamente da força. Para Klein, “estudar cultura estratégica é estudar a hegemonia cultural da violência de estados organizados”⁶ (KLEIN, 1988, p.136).

Alastair Johnston, Jeffrey Legro, Elizabeth Kier e Peter Katzenstein fazem parte da terceira geração de estudiosos da cultura estratégica, com emergência na década de 1990 e utilizavam metodologias das ciências sociais contemporâneas para explicar fenômenos e testar suas hipóteses (TELLIS, 2016, p.16). Essa geração de pesquisadores se aproxima dos estudos sobre cultura militar, cultura política militar e cultura organizacional, compartilhando diversos conceitos com essas áreas, com uma diferença, porém: a terceira geração acredita que os valores culturais são menos fruto da história e mais o produto de práticas e experiências recentes (JOHNSTON, 1995, p.41).

Os primeiros estudos sobre cultura estratégica determinavam que a mesma não poderia sofrer alterações, dada a sua base em aspectos culturais que raramente mudam de forma radical. Linhas de pesquisas mais recentes, contudo, utilizando principalmente as lentes do

⁶ “*To study strategic culture is to study the cultural hegemony of organized states violence.*” KLEIN, 1988, p.136.

construtivismo, defendem a possibilidade de alteração da cultura estratégica de um país e ajudam a criar um modelo com as condições necessárias para esta mudança.

De acordo com Charlton e Lantis (2011), transformações na cultura estratégica de um Estado podem ser derivadas de mudanças na geopolíticas ou nas circunstâncias geoestratégicas, em conjunto com choques externos, levando a reconsiderações do comportamento ou orientação das políticas de segurança (CHARLTON e LANTIS, 2011, p.294-295). Além desses fatores, o processo de tomada de decisão das elites e suas práticas discursivas também influenciam essas transformações, dado que este grupo é um dos proprietários da cultura estratégica e, portanto, responsável pela sua manutenção ou mudança.

Colin S. Gray em seu artigo de 1999 *Strategic Culture as Context: The First Generation of Theory Strikes Back*, fala sobre a transformação da cultura estratégica e como se daria esse fenômeno. Para Gray,

[a] Cultura ou culturas consistem de ideias, atitudes, tradições, hábitos mentais e métodos operacionais preferidos e persistentes (mas não eternos) e transmitidos socialmente, mais ou menos específicos para a segurança de uma comunidade em uma particular região geográfica e que tenha, necessariamente, uma experiência histórica única⁷ (GRAY, 1999, p.51, tradução nossa).

O autor acredita que a cultura estratégica de determinado ator pode mudar com o tempo, mas o processo de mudança cultural seria bem mais longo, aconselhando pesquisadores a olharem além da história recente para entender melhor seu objeto de estudo (GRAY, 1999, p.52). Gray afirma que tudo que uma comunidade de segurança faz é uma manifestação de sua cultura estratégica ou um exemplo do comportamento afetado pela cultura (GRAY, 1999, p.52).

Gray utiliza em seu artigo o conceito de cultura de Raymond Williams (2009), dividido em três categorias (ideal, documentária e social), explicado no tópico 2.1 desta dissertação. Usando esta categorização de Williams, Gray agrupa as dimensões estratégicas em três partes: 1ª) Pessoas e Política, formada pelas pessoas, sociedade, cultura, política e ética; 2ª) Preparação para Guerra, em que se encontram aspectos econômicos e logísticos, organizacionais, preparação militar e administrativa, informação e inteligência, doutrina e teoria estratégica, e tecnologia; e 3ª) Própria Guerra (no original, em inglês, *War Proper*), em que se encontram as operações militares, o comando político e militar, geografia, atrito, o adversário e o tempo (GRAY, 1999, p.53).

O ponto principal, contudo, no texto de Gray é a sua afirmação de que a cultura estratégica oferece contexto para entender o pensamento estratégico de determinado ator (GRAY, 1999,

⁷“Culture or cultures comprises the persisting (though not eternal) socially transmitted ideas, attitudes, traditions, habits of mind, and preferred methods of operation that are more or less specific to a particular geographically based security community that has had a necessarily unique historical experience” GRAY, 1999, p.51.

p.62). Gray ressalta seis pontos principais que facilitam a compreensão sobre a natureza e o funcionamento da cultura estratégica. O primeiro dita que o comportamento estratégico não pode ser além da cultura, pois a mesma garante contexto aos eventos e sem ela, os episódios históricos referentes à estratégia seriam desprovidos de sentido (GRAY, 1999, p.62). O segundo ponto afirma que as adversidades ou limitações não são capazes de cancelar a cultura, dado que condições extremas não são capazes de apagar as características culturais de um ator, mesmo em situações onde a tomada de decisões deve ser rápida, quando o comportamento manifestado será considerado um instinto cultural (GRAY, 1999, p.62-63).

O terceiro ponto coloca a cultura estratégica como guia para a ação, estando presente no campo de batalha através dos combatentes e das organizações militares (GRAY, 1999, p.63). O quarto ponto afirma que a cultura estratégica expõe tanto as vantagens quanto as desvantagens do ator ou comunidade de segurança à que se refere, por destacar seus pontos fortes e fracos e os cenários que normalmente se insere, bem como aqueles com o qual não está acostumado (GRAY, 1999, p.64)

Gray traz como quinto ponto o fato de que a cultura estratégica pode conter elementos disfuncionais que, apesar de serem características importantes da cultura do Estado, em determinados contextos históricos fazem com que falhe estrategicamente (GRAY, 1999, p.65). O sexto e último ponto mostra que a cultura estratégica pode ser categorizada de diversas formas, das quais Gray enumera as seguintes: nacionalidade, geografia, armas e funções, simplicidade-complexidade, gerações e grande estratégia (GRAY, 1999, p.67-68).

Apesar dos debates entre cada geração e seus respectivos autores, é possível afirmar que estudar cultura estratégica requer lançar um olhar sobre aspectos históricos, valores e modo de agir de cada país no que se refere ao uso da força e organização militar. Isso, por sua vez, possibilita a determinação de mais de uma cultura estratégica para um mesmo ator. O próximo tópico tratará, porém, de semelhanças que podem ser apontadas nas culturas estratégicas da Ásia-Pacífico, região onde se insere o objeto deste estudo.

2.3 Os Estudos da Cultura Estratégica na Ásia-Pacífico

O foco desta dissertação é a cultura estratégica do Japão, mas para introduzir este ponto, primeiro é pertinente pensar a cultura estratégica dentro do contexto regional da Ásia. Por ser uma teoria de origem ocidental, a aplicação da ótica da cultura estratégica nos estudos sobre segurança da Ásia encontra alguns obstáculos, em especial, frente à grande diversidade dos países asiáticos.

Em 1993, Desmond Ball, acadêmico australiano e especialista na área de segurança, publicou um artigo chamado *Strategic Culture in the Asia-Pacific Region*, com o objetivo de analisar o conceito de cultura estratégica e suas implicações para a região da Ásia Pacífico (BALL, 1993, p.44). Para alcançar esse propósito, Ball enumera os principais elementos da cultura estratégica asiática e mensura o nível de importância de cada um na construção de uma cooperação em segurança na região: 1) perspectivas a longo prazo, derivadas da tendência da comunidade asiática de planejar em prazos de tempos maiores do que os ocidentais, focando no bem-estar da comunidade e não nos interesses individuais imediatos; 2) forte influência de fatores sociais e culturais nas concepções sobre guerra e estratégia na Ásia, assegurando maior aproximação com o conceito de “grande estratégia” do que “estratégia militar”; 3) favorecimento do bilateralismo no lugar do multilateralismo, com os Estados da Ásia Pacífico escolhendo políticas independentes de segurança ou uma forte relação bilateral com alguma superpotência; 4) o forte comprometimento com o princípio de não-intervenção e de soberania, um mecanismo de defesa derivado do trauma das intervenções ocidentais nos países asiáticos durante os séculos XIX e XX; 5) informalidade dos processos de tomada de decisão, derivado das tradições culturais de resolução de conflitos em particular; 6) preferência por uma abordagem pragmática no lugar de uma idealista, ideológica, metafísica, emocional ou perfeccionista; 7) a escolha pelo consenso durante o processo político de tomada de decisão, para manter a harmonia frente à heterogeneidade cultural da Ásia Pacífico; 8) abordagem multidimensional da segurança, que abrange temas não-militares, coordenação de aspectos econômicos e diplomáticos; 9) integração entre a sociedade civil e os estabelecimentos militares na maior parte dos países asiáticos (BALL, 1993, p.46-47).

Em 2014, a revista *Contemporary Security Policies* publicou uma edição especial sobre cultura estratégica na Ásia Pacífico, assegurando uma visão diferente sobre as transformações políticas das últimas décadas na região, passando por fatores como identidade nacional e aspectos históricos que moldam as atitudes e comportamentos dos atores analisados (LANTIS, 2014, p.167). Durante a década de 1990, a região asiática passava por mudanças significativas. O fim da Guerra Fria eliminava a “ameaça comunista” na figura da União Soviética, dando abertura a questionamentos sobre a posição e função dos Estados Unidos na região. Já as crises financeiras de 1991 e 1997 no Japão suspenderam o seu rápido crescimento econômico, na época uma das maiores potências da Ásia. Por fim, o começo da ascensão da China e suas perspectivas para liderança regional, bem como a ameaça da Coreia do Norte inseriram novos atores relevantes nas relações internacionais da Ásia.

Estas transformações se fortaleceram e consolidaram durante as duas primeiras décadas do século XXI, gerando novos desafios e oportunidades para a política na Ásia: há um aumento no número de potências na região, consequência do processo de globalização e do próprio crescimento econômico dos países da região; novas tensões ocorrem por conta de disputas territoriais ou por recursos, o caso mais significativo sendo a dissensão entre Japão e China pelas ilhas Senkoku/Diaoyutai; e tornam-se abundantes as oportunidades de desenvolvimento econômico na região, principalmente na forma de organizações de cooperação econômica, como a *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) (LANTIS, 2014, p.168-170). Para Lantis, essas mudanças econômicas e políticas acarretam também mudanças nas dinâmicas de segurança da região, apresentando-se como novos desafios que os países da Ásia Pacífico precisam enfrentar, fazendo com que suas políticas de segurança se tornem mais complexas (LANTIS, 2014, p.170).

Enquanto parte da região asiática e também como um de seus principais países, o Japão influencia e é influenciado por estas mudanças no cenário da Ásia. Como será visto nos próximos capítulos, a configuração geopolítica tem peso sobre a cultura estratégica do Japão, que também compartilha características com a cultura estratégica asiática listadas por Desmond Ball e citadas no começo deste tópico.

2.4 Considerações Parciais

Neste capítulo foi feito o estudo da teoria da cultura estratégica e suas principais discussões. Esta teoria envolve aspectos culturais e seus impactos na estratégia de um Estado no que diz respeito ao uso da força, à organização militar e às políticas nacionais de defesa e segurança. As fontes da cultura estratégica (geografia, história, estrutura política, organizações de defesa, mitos e símbolos, documentos relevantes estrategicamente, normas transnacionais, mudanças geracionais e o papel da tecnologia) e os proprietários da cultura estratégica (elites, instituições políticas e opinião pública) também foram abordados anteriormente. Os fatores que podem ser responsáveis pela mudança da cultura estratégica foram citados para maior compreensão de como este fenômeno ocorre. Todos estes pontos serão estudados especificamente sobre o caso japonês nos próximos capítulos.

Para encerrar o capítulo, os principais pontos sobre cultura estratégica foram analisados à luz das relações internacionais na Ásia, garantindo uma visão mais específica do tema na região. Ao fazer esta exposição, há uma introdução às discussões que são feitas nos capítulos posteriores sobre o Japão e sua cultura estratégica, em especial, como as configurações regionais podem afetar e modificar esta cultura estratégica japonesa.

Antes desta discussão, contudo, deve primeiro ser detalhado o posicionamento e decisões do ex-Primeiro-Ministro Shinzo Abe durante seu segundo mandato, correspondente ao marco temporal desta dissertação. As ideologias que dão base ao posicionamento de Abe, seus planos para o Japão, bem como as principais discussões ocorridas durante seu governo entre os anos de 2012 e 2020 são estudadas no próximo capítulo para melhor compreensão da posterior análise da cultura estratégica do Japão e sua possível mudança neste mesmo período.

3 A POLÍTICA DE SEGURANÇA DE SHINZO ABE (2012-2020)

O presente capítulo tem como objetivo detalhar o segundo mandato de Shinzo Abe como Primeiro-Ministro do Japão, especificamente a sua política de segurança nacional. Primeiramente, serão abordadas as suas origens ideológicas, herdadas de familiares parte da história política japonesa, bem como a postura de Shinzo Abe durante seu primeiro mandato como Primeiro-Ministro do Japão, de 2006 a 2007. Dessa forma, é possível perceber tanto seus planos iniciais para o país, quanto compará-los com os de seu segundo mandato.

Após este momento inicial, serão exploradas as principais mudanças ocorridas entre os anos de 2012 e 2020 quanto à política de segurança e defesa japonesa. Pedidos de revisão constitucional, novas legislações, acordos e diretrizes são analisados neste capítulo, destacando especialmente a participação de Shinzo Abe e seus aliados em cada uma destas ocasiões.

Por fim, um panorama internacional é feito com as mais importantes relações bilaterais do Japão com outros países, com destaque para a atuação de Shinzo Abe na manutenção destas relações. Uma por uma, são descritas a evolução das associações do Japão com Estados Unidos, China, Coreias do Sul e do Norte, Rússia e países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

3.1 Origens Ideológicas, Primeiro Mandato E Doutrina Abe

No dia 20 de novembro de 2019, Shinzo Abe bateu o recorde como Primeiro-Ministro japonês a passar mais tempo no cargo, título antes pertencente à Taro Katsura, que ocupou o posto ainda na primeira década do século XX. Abe assumiu o escritório pela primeira vez em 2006, onde permaneceu apenas até o ano seguinte, renunciando por problemas de saúde. Em 2012 Abe retornou à posição de Primeiro-Ministro do Japão, retendo-o até setembro de 2020, quando mais uma vez renunciou ao cargo por questões de saúde⁸.

Entre o primeiro e segundo mandato de Abe, cinco pessoas ocuparam o gabinete do Primeiro-Ministro japonês, seguindo a mudança de opinião e apoio popular quanto aos seus representantes e partidos políticos. Analisando desde os anos 2000, o Partido Liberal Democrata (PLD), de cunho conservador, colocou cinco de seus membros no posto de Primeiro-Ministro, perdendo esta posição apenas em 2009, quando o partido opositor, o Partido Democrático do Japão (PDJ), elegeu três Primeiros-Ministros em três anos. A rápida passagem do PDJ terminou

⁸ TOGOH, Isabel. Shinzo Abe, Japan's longest-serving Prime Minister, resigns due to ill-health. **Forbes**. 28 de Agosto de 2020. Editor's Pick.

com insatisfação da população contra o partido, mas com a abertura para o retorno do PLD e de Shinzo Abe ao poder (OROS, 2017, p.128).

Membro importante do PLD por anos e conhecido por sua eficiência como Primeiro-Ministro, a origem política de Shinzo Abe pode ser atribuída à sua família. Seu pai foi Ministro das Relações Exteriores e tanto seu avô como tio avô também foram Primeiros-Ministros do Japão. Seu avô materno, Kishi Nobusuke, era membro do gabinete de guerra japonês durante a Segunda Guerra Mundial, e foi aprisionado após a derrota do Japão como suspeito de crimes de guerra, mas solto posteriormente. Quando a ocupação pelos Estados Unidos acabou no Japão em 1952, Kishi Nobusuke retorna a vida política, fundando a facção *Seiwa Seisaku Kenkyukai*, de cunho conservador e nacionalista, e se tornando Primeiro-Ministro japonês entre os anos de 1957 e 1960 (HUGHES, 2015, p.9).

Na época existiam grupos políticos insatisfeitos com a Constituição de 1947, aprovada ainda durante a ocupação estadunidense no território japonês, e, portanto, considerada imposta ao Japão. Os primeiros artigos constitucionais estipulam o poder simbólico do Imperador japonês e retiram dele a capacidade de governar o Estado (JAPÃO, 1947). Já o artigo 9 determina a renúncia do direito do Japão de declarar guerra a outros países, bem como de manter quaisquer tipos de forças militares, sejam aéreas, terrestres ou navais (JAPÃO, 1947). Estas duas medidas garantem o caráter pacifista da Constituição e deveriam impedir uma nova onda imperialista no Japão, mas eram vistas por grupos revisionistas e conservadores como contrárias à cultura e história japonesa, bem como impositivas de uma dependência do Japão a outros países para garantir sua segurança, principalmente aos Estados Unidos (RYU, 2018, p.3).

A oposição à Constituição e alguns de seus artigos nutre um debate pela remilitarização do Japão desde a década de 1950, do qual Kishi Nobusuke fez parte, e que Shinzo Abe herdou e leva consigo durante seus mandatos. Esta visão política conservadora e nacionalista, porém, despertou preocupação quando ele assume o cargo de Primeiro-Ministro pela segunda vez, em 2012. Seu primeiro mandato, ainda em 2006-2007, foi marcado por ambiciosos planos de mudança da política de segurança do Japão e indiferença com a economia nacional, o que levou à insatisfação da população com o Primeiro-Ministro (OROS, 2017, p.107). Quando Abe renunciou por problemas de saúde, ele já se encontrava com baixa popularidade e incapacidade de seguir com seus planos por conta da eleição de julho de 2007, quando seu partido, o PLD, perdeu a maioria na Dieta Nacional para o partido opositor, PDJ.

O medo do ressurgimento e fortalecimento do nacionalismo no Japão se intensifica quando Shinzo Abe retorna ao poder, com planos semelhantes aos do seu mandato anterior. Um de seus primeiros discursos ocorre durante uma visita aos Estados Unidos, em 22 de fevereiro

de 2013⁹. Nele, Abe afirma que “[...] eu estou de volta, e o Japão também” (ABE, 2013). Sua frase, “O Japão está de volta”, dá nome ao discurso e direciona sua fala para seu objetivo geral de tornar o país mais forte e assertivo internacionalmente, seguindo três tarefas principais: liderar a promoção e manutenção de regras de comércio, investimento, propriedade intelectual, trabalho, meio ambiente e similares na região da Ásia Pacífico; resguardar os bens comuns globais, como os bens marítimos; e trabalhar em maior proximidade com os Estados Unidos, Coreia do Sul, Austrália e outras democracias globais para se estabelecer como forte aliado destes Estados (ABE, 2013).

Há dois outros pontos no discurso de Abe de fevereiro de 2013 que devem ser considerados: primeiro, o seu foco na política econômica do Japão como base para o fortalecimento do país; e segundo, a atenção que Abe dá às questões de segurança, deixando explícito que ele irá reestruturar a legislação do país quanto à defesa, bem como aumentar o orçamento destinado a esta pasta (ABE, 2013). De fato, ao longo dos anos durante seu segundo mandato, Shinzo Abe tem como prioridade a segurança do Japão, mas equilibra suas decisões com o reforço da economia nacional, uma contrapartida às suas ações durante o primeiro mandato.

O conjunto de objetivos e decisões tomadas por Shinzo Abe para seu segundo mandato como Primeiro-Ministro do Japão ficou conhecido como “Doutrina Abe”, e focava principalmente na revisão do artigo 9º da Constituição japonesa, visando a militarização do país, o fortalecimento da relação com os Estados Unidos, a reestruturação da economia nacional e a criação de uma diplomacia orientada por valores liberais e democratas (CARLETTI, DIAS, 2020, p.23-24). Seu ponto principal, porém, é a “contribuição proativa para a paz internacional”, ou seja, a vontade de que o Japão possua uma posição mais assertiva quanto à ordem internacional.

Abe agiu durante seu segundo mandato com mais discrição e cautela. Apesar de pôr em movimento planos de seu mandato passado, ele o fez dessa vez contando com o apoio da Dieta Nacional, agora composta por uma maioria do Partido Liberal Democrata, e equilibrando ações de segurança com outras áreas. Sua postura também foi de um “diplomata chefe”, liderando iniciativas e focando o poder de decisão em seu escritório (*kantei*, o escritório do Primeiro-Ministro), controlando com eficácia as questões que deveriam ser priorizadas (TATSUMI, 2020, p.75).

⁹ ABE, Shinzo. **Japan is Back**. Washington D.C.: CSIS, 22 de fevereiro de 2013. Discurso proferido pelo Primeiro-Ministro do Japão no Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos. Disponível em: <https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201302/22speech_e.html> Acesso em 22 de setembro de 2020.

Para corroborar com suas decisões e planos políticos, Shinzo Abe realiza uma série de mudanças legislativas e anuncia novas diretrizes de defesa para o Japão. Várias dessas disposições configuram leis e permissões inéditas quanto à segurança japonesa, aumentando aos poucos sua capacidade de defesa e alcançando os objetivos de Abe de desenvolver o país na área. O próximo tópico abordará as principais novidades legislativas durante o segundo mandato de Shinzo Abe e seu impacto na política de segurança do Japão.

3.2 Mudanças Legislativas, Novos Acordos e Diretrizes

A agenda prioritária no governo de Shinzo Abe era a militarização do Japão, objetivo que alcançaria através de revisão do artigo 9º da Constituição japonesa. Para tal, contudo, era necessário primeiro modificar outras leis restritivas à atuação do Japão quanto à sua própria segurança. Sua primeira tentativa foi a alteração do artigo 96 da Constituição nacional, o qual afirmava que emendas constitucionais devem ser propostas pela Dieta Nacional, aprovadas por dois terços dos membros das duas casas (a casa dos Representantes e a casa dos Conselheiros, que juntos formam a Dieta Nacional), e posteriormente aprovadas por referendo ou eleição, também convocada pela Dieta Nacional (JAPÃO, 1947).

Após ser reeleito em 2012, Shinzo Abe deixou claro sua intenção de modificar o artigo 96 da Constituição Nacional, considerado um dos maiores obstáculos para a revisão constitucional na Japão desde 1946 (HUGHES, 2015, p.14). Caso conseguisse facilitar as condições estipuladas pelo artigo 96 para votação, o objetivo de revisar o artigo 9 se tornaria mais alcançável. Contudo, duas frentes se opuseram à esta tentativa de mudança constitucional: o partido Novo Komeito e o Partido Democrático do Japão. O PDJ representa a oposição no governo PLD, portanto contrário à maior parte das suas decisões políticas. O Novo Komeito, apesar de parceiro do PLD, é contra a revisão constitucional e, portanto, não apoia Shinzo Abe e seus aliados nesta empreitada ¹⁰.

Seguindo seus planos de expansão das políticas de segurança do Japão, em 4 de dezembro de 2013, Shinzo Abe substituiu o Conselho de Segurança em vigor desde 1986 por um novo Conselho de Segurança Nacional (CSN). O novo CSN foi baseado nos modelos estadunidense e britânico, com o Primeiro-Ministro no topo e abaixo o secretariado do chefe de gabinete e os ministros das Relações Exteriores e o de Defesa (HUGHES, 2015, p.29). Projetado para ser

¹⁰ MIE, Ayako. Politicians open debate on Article 96. **The Japan Times**. 10 de maio de 2013. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2013/05/10/national/politics-diplomacy/politicians-open-debate-on-article-96/>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

uma torre de controle das políticas de defesa e segurança no que diz respeito à segurança nacional, estes representantes se reúnem a cada duas semanas (“Reunião dos Quatro Ministros”), com uma outra reunião mais abrangente envolvendo os Ministros da Economia, Comércio e Indústria e do Ministério das Terras, Infraestrutura, Transporte e Turismo (“Reunião dos Nove Ministros”) (OROS, 2017, p.134).

O Conselho de Segurança Nacional permitiu maior estruturação da pasta de segurança nacional no Japão, e com Shinzo Abe diretamente ligado a ela, também maior controle do Primeiro-Ministro sobre as decisões tomadas acerca da defesa japonesa. No dia 13 de dezembro de 2013 ele aprovou a Lei de Sigilo Estatal, que garante maior controle e punições mais severas para aqueles que lidam com informações sensíveis¹¹, além de permitir a retenção de dados considerados secretos e a prisão daqueles que vazarem estas mesmas informações (HUGHES, 2015, p.36). A medida foi feita com o objetivo de aumentar a confiança dos países aliados com o Japão quanto à sua proteção de quaisquer dados sigilosos confiados ao país.

Ainda durante o mês de dezembro de 2013, o CSN publicou as novas Estratégias de Segurança Nacional (ESN) e reformulou as Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa (DNPD). As ESN funcionam como uma orientação para a segurança do Japão e seus interesses e objetivos nacionais, demonstram o ambiente de segurança que cerca o país e os desafios para sua segurança, bem como apresentam as abordagens estratégicas que o Japão precisa adotar para enfrentar esses desafios¹². O documento afirma que a segurança do povo japonês seria o objetivo principal, o qual deve ser alcançado através de três medidas: manutenção da aliança com os Estados Unidos para segurança; busca por novas parcerias com aliados estadunidenses e países da Ásia-Pacífico; a promoção proativa de suporte aos esforços internacionais para sustentação da já existente ordem liberal mundial (JAPÃO, 2013b).

Já as DNPD, com base na ESN, abordam as capacidades do Japão quanto a sua defesa a partir do ano de 2014, sendo revisadas regularmente pelo CSN para possíveis modificações. O documento de dezembro de 2013 frisa, principalmente, as crescentes tensões na região da Ásia-Pacífico como motivo para o Japão aprimorar suas forças de defesa, dando atenção e reforçando a aliança com os Estados Unidos, promovendo a cooperação em segurança na Ásia e

¹¹ Informações sigilosas ou sensíveis, de acordo com a Lei de Sigilo Estatal do Japão de dezembro de 2013, são informações referentes à segurança nacional japonesa, ou seja, informações que podem pôr em risco o Estado, o povo ou a existência da nação. JAPÃO. Act on the Protection of Specially Designated Secrets. No. 108. 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.japaneselawtranslation.go.jp/law/detail/?ft=1&re=2&dn=1&x=34&y=18&co=01&ia=03&ja=04&ky=the+act+on+protection+of+specially+designated+secrets&page=15>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

¹² Retirado do site do Ministério das Relações Exteriores do Japão. JAPÃO. National Security Strategy. Ministério das Relações Exteriores. 6 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1we_000081.html> Acesso em 22 de setembro de 2020.

maximizando as capacidades de defesa do país, especialmente das suas Forças de Autodefesa (FAJ) (JAPÃO, 2013a).

Em 2014, Shinzo Abe conseguiu legitimar o direito de defesa coletiva do Japão, após meses de discussões com partidos de oposição e seus próprios aliados. O direito de defesa coletiva observado pela Carta das Nações Unidas de 1945 garante a qualquer país parte da ONU o uso da força militar para defender outros membros da organização durante um ataque¹³. Como a Constituição japonesa revoga o direito do país à guerra, sua atuação em confrontos internacionais se tornou uma questão para debates e desde a década de 1960, políticos japoneses tentam estabelecer os limites do Japão quanto ao seu direito individual e coletivo para defesa. Apenas em 1992, quando a Lei de Cooperação para Paz Internacional é aprovada, é permitida a atuação das FAJ em operações de paz da ONU, e mais tarde, quando as FAJ atuam como suporte as forças estadunidenses no Afeganistão e Iraque, que há um precedente para amparo do direito japonês à defesa coletiva (HUGHES, 2015, p.41).

Shinzo Abe vê o direito de defesa coletiva como uma forma de equilibrar o tratado de segurança com os Estados Unidos e de estabelecer o Japão como um ator internacional forte (HUGHES, 2015, p.42). Em 2014, Abe pede pela reinterpretação do artigo 9º da Constituição para fazer valer o direito de defesa coletiva do Japão, tomando diversas medidas para garantir seu sucesso. Primeiramente, aponta Komatsu Ichirou, então embaixador do Japão na França e aliado de Abe desde seu primeiro mandato, como diretor do escritório do Gabinete de Legislação, órgão responsável pela reinterpretação da Constituição. Abe também possui o apoio do seu partido, o PLD, dado que ele era liderado na época por políticos simpáticos à Abe e interessados na garantia do direito de defesa coletiva. Abe instaurou o Painel Consultivo sobre a Reconstrução para a Base Legal de Segurança, que possuía o objetivo de analisar as atuais leis de segurança do Japão com os possíveis desafios que as FAJ poderiam enfrentar, prestando atenção especial para os cenários onde o direito de defesa coletiva seria capaz de ser aplicado (HUGHES, 2015, p.45).

O Painel Consultivo sobre a Reconstrução para a Base Legal de Segurança, levando em consideração a constante mudança no cenário regional asiático, ponderou que apenas o exercício do direito de defesa individual não era mais suficiente para o Japão, e que em algumas situações era legítimo e necessário o uso do direito de defesa coletiva por parte do país (HUGHES, 2015, p.45). Para esclarecer esta recomendação, o Painel enumerou algumas condições e restrições para o exercício do direito: 1º) quando um aliado estiver sob ataque; 2º)

¹³ UNITED NATIONS. UN Charter. Artigo 51. 1945. Disponível em: <<https://www.un.org/en/sections/un-charter/un-charter-full-text/>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

se este ataque, caso ignorado, ponha em risco a segurança do Japão; 3º) se o Estado atacado pedir explicitamente por ajuda; 4º) se um terceiro Estado consentir com a passagem das FAJ pelo seu território, em seu caminho para garantir assistência; e 5º) se o Primeiro-Ministro japonês, junto ao Conselho de Segurança Nacional, entenderem que a situação pede a interferência japonesa, e receba aprovação da Dieta Nacional para agir (HUGHES, 2015, p.48).

Utilizando as recomendações do Painel, Shinzo Abe oficialmente inicia o processo de reinterpretação do direito de defesa coletiva do Japão, tendo cuidado para limitar este direito para as condições colocadas pelo Painel, em uma tentativa de aplacar a oposição (HUGHES, 2015, p.49). Os meses de maio e junho de 2014 são passados em discussão entre os membros da Dieta Nacional, chegando em um acordo e retirando a restrição sobre o exercício de defesa coletiva do Japão em primeiro de julho do mesmo ano, seguindo com a revisão das leis de segurança do país, entre elas a da atuação das FAJ, para se adequarem a esta nova interpretação da Constituição japonesa (HUGHES, 2015, p.53-54).

Ainda em julho de 2014, e seguindo as novas normas sobre as políticas de segurança no Japão, Shinzo Abe autoriza novos acordos de exportação de armas e desenvolvimento de tecnologia militar com países parceiros, como a Austrália, impulsionando a indústria nacional e expandindo a atuação japonesa em assuntos militares internacionais (HUGHES, 2015, p. 37; PYLE, 2018, p.82).

Levando em consideração as crescentes tensões na região asiática e objetivando aumentar a participação proativa do Japão para com a paz internacional, em setembro de 2015, foi aprovada a Legislação para Paz e Segurança, aplicada a partir de março de 2016. Essa Legislação permite “respostas perfeitas” por parte do Japão a qualquer ameaça feita à sua segurança ou de seu povo, bem como a contribuição do país à estabilidade e paz da comunidade internacional (JAPÃO, 2016a, p.11). A Legislação faz questão de frisar que, apesar da maior capacidade de resposta do Japão quanto a sua segurança, a sua postura como “nação amante da paz” não mudou (JAPÃO, 2016b). Por fim, a nova legislatura trata também da manutenção das relações entre Japão e Estados Unidos e outros parceiros da região, focando na transparência e na confiança mútua para reforçar a cooperação com estes parceiros.

De acordo com a Legislação para Paz e Segurança, as Forças de Autodefesa do Japão poderão proporcionar o suporte necessário em situações quando a segurança nacional esteja em risco. Isso inclui apoio logístico, operações de busca e resgate a forças armadas de outros países engajados em atividades relevantes para a segurança japonesa (JAPÃO, 2016b). As forças japonesas já atuavam em missões da ONU de *peacekeeping* desde sua segunda geração e continuarão participando, expandindo sua atuação para missões envolvendo a proteção de civis.

O uso da força será autorizado pelo Governo do Japão em três situações, de acordo com a Legislação para Paz e Segurança: 1º) quando um ataque armado for realizado contra o Japão ou demais países, mas que se constitua como uma ameaça à segurança nacional japonesa; 2º) quando não há outra solução viável para repelir o ataque e garantir a sobrevivência do Japão e segurança de seu povo; e 3º) o uso da força deve ser limitado para o mínimo necessário, observando as leis internacionais (JAPÃO, 2016b).

No ano de 2018, as Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa, publicadas em 2013, foram atualizadas. As novas DNPd levam em consideração as constantes mudanças no cenário regional da Ásia, destacando a crescente capacidade militar dos vizinhos do Japão, entre eles, China, Coreia do Norte e Rússia, citando também o crescente uso de espaços cibernéticos e eletromagnéticos, que podem mudar o paradigma existente da segurança nacional (JAPÃO, 2019, p.25). Para se prevenir contra essas ameaças, o documento pede o reforço das defesas japonesas, através do fortalecimento de três pontos principais: da arquitetura de defesa nacional, da aliança com os Estados Unidos e da cooperação para segurança com parceiros regionais, especialmente da Índia-Pacífico (JAPÃO, 2019, p.25-26).

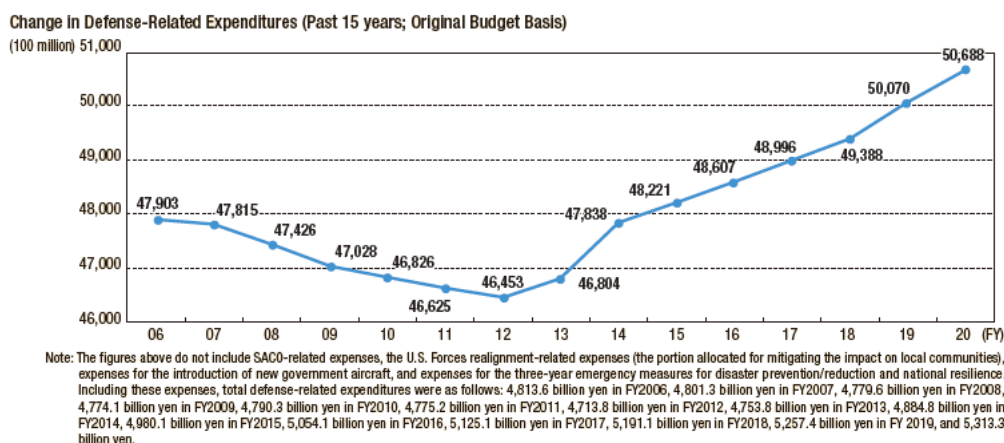
As DNPd elencam algumas prioridades dentre as capacidades de defesa do Japão que precisam ser reforçadas. Elas sugerem foco nos domínios espacial, do ciberespaço e de espectro eletromagnético, bem como nos domínios tradicionais (marítimo, aéreo e terrestre). Além disso, as DNPd chamam atenção para o melhoramento da sustentabilidade e resiliência dessas capacidades, tomando medidas para garantir o fornecimento de munição e combustível, a rota marítima e a proteção de infraestruturas (JAPÃO, 2019, p.26). Alguns elementos centrais da capacidade de defesa do Japão devem ser reforçados, como as bases de recursos humanos, de tecnologia, defesa industrial, entre outros (JAPÃO, 2019, p.26).

As Forças de Autodefesa do Japão também são citadas nas novas Diretrizes de 2018. As DNPd pedem que unidades sejam colocadas para ocupar os domínios espacial, do ciberespaço e de espectro eletromagnético. Além disso, as DNPd pedem por um fortalecimento da postura das FAJ, o desenvolvimento de uma defesa aérea e contra mísseis, e a manutenção das unidades marítimas como uma unidade integrada (JAPÃO, 2019, p.26). Segundo o documento, exercícios de treinamento deverão ser mais frequentes, e as FAJ junto ao Ministro da Defesa deverão focar: nos cuidados médicos e na transferência de pacientes entre as linhas de frente e a destinação final de forma mais eficiente; nas relações pública com comunidades locais para providenciar o que for necessário para as mesmas; e na promoção de uma base intelectual e de institutos de educação voltados para a área de segurança, facilitando a colaboração do Instituto Nacional de Estudos para Defesa e os *policy-makers*. (JAPÃO, 2019, p.27).

As constantes mudanças feitas na área de defesa e segurança do Japão durante o mandato de Shinzo Abe contribuíram com o aumento do orçamento do país para este setor. O último relatório anual sobre o setor de defesa nacional, o chamado *White Paper* ou Livro Branco, referente ao ano de 2020, revelou um aumento de 1,2% do orçamento para defesa do Japão em relação ao ano anterior de 2019 (JAPÃO, 2020, p.226). Além disso, o documento também demonstrou que este crescimento ocorreu regularmente nos últimos oito anos, os quais foram marcados pela presença de Shinzo Abe como Primeiro-Ministro japonês.

A figura 1 abaixo demonstra claramente o movimento crescente do orçamento para defesa do Japão. Essa tendência inicia-se no ano de 2012, quando Shinzo Abe assume o posto de Primeiro-Ministro japonês e continua durante os próximos anos de seu governo, até o ano de 2020, quando chega ao patamar de 5,06 trilhões de ienes gastos com a defesa nacional (JAPÃO, 2020, p.227).

Figura 1: Mudanças no Orçamento para Defesa do Japão 2006-2020



Referência. **Defense of Japan 2020**. Annual White Paper Digest. Ministério da Defesa do Japão. 2020. P.227.

Em 1976, após uma série de críticas ao Partido Liberal Democrata, o então Primeiro-Ministro Takeo Miki prometeu publicamente que os gastos nacionais com defesa e segurança não ultrapassariam 1% do PIB do Japão. Apesar de não ser uma medida legal, esta promessa continua sendo seguida pelos demais governos japoneses, não sendo exceção entre os anos de 2012 e 2020 com Shinzo Abe no comando do país, porém não impedindo que haja um aumento no orçamento destinado a defesa nacional¹⁴.

¹⁴ BOSACK, Michael MacArthur. What to make of the record defense budget. **The Japan Times**. 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/opinion/2020/02/20/commentary/japan-commentary/make-record-defense-budget/>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

Este orçamento é direcionado todo ano para o desenvolvimento das capacidades de defesa do Japão, bem como para a manutenção e administração das Forças de Autodefesa do país. O ano fiscal de 2020, contudo, teve um aumento de 55,9 bilhões de ienes em relação ao ano anterior de 2019, por conta dos gastos com o realinhamento das tropas estadunidenses em território japonês, a introdução de novas aeronaves governamentais e as despesas com o plano de resposta de emergência de três anos para prevenção de desastres (JAPÃO, 2020, p.226).

3.3 Cooperação Regional e Internacional

Os planos de Shinzo Abe de colocar o Japão como um país ativamente envolvido com a manutenção da paz e ordem mundiais possuem como um de seus pontos principais a melhor relação com parceiros regionais do Japão. A cooperação internacional é fundamental para o fortalecimento japonês, mas, em alguns casos, também é o motivo para o crescente interesse de figuras políticas como Shinzo Abe na militarização do país. A ascensão chinesa, as tensões com a Coreia do Norte e a complicada relação com a Coreia do Sul, bem como os limites do relacionamento com os países da ASEAN e com a Rússia são consideradas razões importantes para o aperfeiçoamento da defesa e segurança do Japão (OROS, 2017, p.131).

A parceria de longa data com os Estados Unidos também é relevante no debate sobre a segurança japonesa. Desde a ocupação do seu território após a Segunda Guerra Mundial e a promulgação da Constituição de 1947, o Japão depende dos EUA para garantir sua defesa. Contudo, após a Guerra Fria, a postura dos Estados Unidos mudou e houve uma cobrança para maior participação do Japão na sua própria segurança. Além disso, a eleição de Donald Trump para a presidência estadunidense em 2016 e a sua política de “*America First*” também mudou a relação entre os dois países.

Dessa forma, esta seção tratará das relações entre o Japão e os principais países da região da Ásia-Pacífico, focando especialmente na postura de Shinzo Abe para com estes vizinhos durante o seu segundo mandato como Primeiro-Ministro japonês, envolvendo seus planos para a política de segurança do Japão.

3.3.1 A parceria com os Estados Unidos da América (EUA)

A aliança entre o Japão e os Estados Unidos é uma das mais duradouras e a mais importante relação do Japão com outro país. Mesmo assim, não é desprovida de obstáculos e tensões entre os dois Estados. Durante os anos do seu segundo mandato, Shinzo Abe trabalhou com dois presidentes dos Estados Unidos de visões e ideais opostos (Barack Obama e Donald

Trump), enquanto preocupava-se com a constante mudança no cenário regional asiático, que influenciava diretamente a parceira com os EUA.

A cooperação entre os dois países iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial, durante a ocupação do território japonês pelas tropas estadunidenses. Sob o comando dos EUA, o Japão sofreu “a mais intrusiva reconstrução de uma nação na história moderna” (PYLE, 2018, p.73). Determinado a tolher as tendências militaristas japonesas e estabelecer uma base no distante leste asiático, os Estados Unidos dedicaram-se a aprovar não apenas a Constituição pacifista do Japão, mas também o tratado de segurança entre os dois países, que garantia a permanência das tropas estadunidenses no território japonês em troca da garantia da segurança do Japão por parte dos Estados Unidos (WATANABE, 2012, p.60).

O resultado desse tratado foi a dependência japonesa da capacidade dos EUA de defender seu território pelas próximas décadas. O Japão, então liderado por Shigeru Yoshida, focou na reconstrução e desenvolvimento econômicos, autorizando a criação das Forças de Autodefesa em 1954, mas com uma série de restrições para sua atuação: as FAJ não poderiam ser enviadas no exterior, participar do exercício de defesa coletiva, possuir capacidade de projeção de força, possuir armas nucleares, exportar armas, compartilhar tecnologia relacionada a defesa, gastar mais de 1% do PIB para defesa, usar espaço militar ou fornecer ajuda externa para propósitos militares (PYLE, 2018, p.75).

Durante a Guerra Fria, tratados sobre segurança e defesa foram firmados entre Japão e Estados Unidos, mas a capacidade de defender o território japonês ainda era responsabilidade dos estadunidenses. Quando o conflito se encerra, os EUA mudam de postura e pedem a maior participação do Japão na garantia de sua própria segurança, exercendo pressão sobre o país. Durante os anos 90 e a primeira década dos anos 2000, enquanto os Estados Unidos estavam engajados em conflitos no Oriente Médio e em uma guerra contra o terrorismo, o Japão ia mudando sua legislação para poder atuar internacionalmente e junto à ONU em operações de paz (CHANLETT-AVERY, CAMPBELL, WILLIAMS, 2019, p.51).

Quando Shinzo Abe retorna ao posto de Primeiro-Ministro em 2012, ele encontra as relações entre o Japão e os Estados Unidos debilitadas pelos anos de governo do Partido Democrático do Japão. Os três representantes do PDJ (Hatoyama Yukio, Kan Naoto e Noda Yoshihiko) alternaram-se no cargo de Primeiro-Ministro entre os anos de 2009 e 2012 e, seguindo as diretrizes do partido, objetivavam diminuir a dependência do Japão para com os Estados Unidos, bem como realocar a base militar estadunidense de Futenma, em Okinawa, tema sensível entre os dois países (CHANLETT-AVERY, CAMPBELL, WILLIAMS, 2019, p.52).

O tópico resultou em tensão entre os dois países e na eventual saída do DPJ do poder, sendo ocupado, então, pelo partido de oposição, o PLD e seu representante Shinzo Abe, que possuíam finalidades contrárias ao DPJ. Abe tinha como um dos pontos centrais para seu governo como Primeiro-Ministro o fortalecimento da aliança com os Estados Unidos, principalmente na área de segurança, esperando que o Japão também tivesse maior participação na sua própria defesa, através das Forças de Autodefesa (HUGHES, 2015, p.65).

A política de Abe com foco nos EUA coincidiu com o plano de Barack Obama, então presidente estadunidense, de voltar-se para a Ásia (*Pivot to Asia*), uma resposta à ascensão chinesa (SOLÍS, 2019, p.10). Juntos, Abe e Obama apostaram no acordo comercial e multilateral da Parceira do Transpacífico (*Trans-Pacific Partnership – TPP*), que se colocava como um contrapeso à China e uma forma de balancear as relações comerciais na Ásia (SOLÍS, 2019, p.10). No campo da segurança, em 2015 as Diretrizes para Defesa entre Japão e Estados Unidos de 1997 são revisadas, expandindo a área na qual o Japão poderia atuar para garantir sua própria segurança ou a de seu parceiro (AKIMOTO, 2018, p.135).

Em 2016, o candidato do Partido Republicano Donald Trump é eleito o novo presidente dos Estados Unidos. Assumindo compromissos opostos aos que seu antecessor, Barack Obama, defendia, uma das primeiras medidas tomadas por Trump foi a retirada dos EUA do acordo do TPP. Não obstante, Abe se dedica a criar um vínculo com o novo presidente estadunidense, visitando-o antes da posse presidencial, em uma tentativa de diminuir o impacto que o Japão sofreria com a política de “*America First*” de Trump, que se afastava de liderança globais e multilaterais para focar em questões domésticas e unilaterais (SOLÍS, 2019, p.12).

Ainda assim, Shinzo Abe consegue se consolidar como o líder mundial mais próximo de Donald Trump (TATSUMI, 2020, p.68). O relacionamento do Japão com os Estados Unidos, contudo, depende das intenções e movimentações do aliado estadunidense com os demais países asiáticos, o que será ilustrado nos próximos tópicos.

3.3.2 As relações com a China

No começo do século XXI, a ascensão econômica, política e militar colocou a China no grupo das grandes potências globais e como um dos atores internacionais mais relevantes, mas também se tornando uma fonte de preocupação para outros países, principalmente seus rivais, Japão e Estados Unidos.

O retorno de Shinzo Abe ao posto de Primeiro-Ministro do Japão em 2012 deu-se em meio a uma crise política com o vizinho chinês. Desde 2010, as tensões entre os dois países

escalaram por conta das disputas no Mar da China Oriental pela soberania das ilhas Senkaku/Diaoyu, que pioraram quando o Primeiro-Ministro anterior a Abe, Noda Yoshihiko (do DPJ) decidiu comprar três das ilhas contestadas (TATSUMI, 2020, p.71).

Dessa forma, o primeiro ano de governo de Shinzo Abe passou sem encontros com os líderes chineses e com iniciativas originadas pelo premiê japonês para cooperação regional que não incluíam a China (CARLETTTI, DIAS, 2020, p.34). Ainda no começo de seu segundo mandato, Abe propôs a aliança chamada “Diamante de Segurança Democrática da Ásia” envolvendo Austrália, Índia e o estado do Havaí, com o objetivo de proteger os bens marítimos, principalmente das “ambições chinesas” (HUGHES, 2015, p.81). O ano de 2013 também foi marcado por diversas visitas do premiê japonês a países membros da ASEAN, na tentativa de firmar a imagem do Japão como potencial líder regional.

A relação entre os dois países mudou em novembro de 2014, quando, durante uma reunião anual da Cooperação Econômica da Ásia Pacífico (APEC), Abe e Xi Jinping (presidente da China) reuniram-se e o Primeiro-Ministro japonês pediu pela retomada da cooperação entre os dois países (TATSUMI, 2020, p.71). Apesar da reação inicial de Xi Jinping ter sido evasiva, ao longo dos anos as reuniões bilaterais entre os líderes do Japão e da China tornaram-se regulares, com a afirmação de que suas relações haviam sido restauradas ao final de 2018, mesmo com a situação nas ilhas Senkaku/Diaoyu ainda não solucionada (TATSUMI, 2020, p.71).

Além das relações políticas, percebe-se que Shinzo Abe também tenta uma relação econômica e comercial com a China. Em 2017, Xi Jinping ofereceu o Japão para participar da iniciativa chinesa “*One Belt One Road*”, focada no investimento e desenvolvimento econômico em escalas continentais. Além disso, em 2018, durante a visita de Shinzo Abe ao presidente chinês Xi Jinping, foram firmados novos acordos entre os dois países para cooperação em mais de 50 áreas diferentes (CARLETTTI, DIAS, 2020, p.34).

Contudo, o surgimento súbito do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e o consequente estado de pandemia que se instalou no mundo prejudicou o diálogo entre os dois países. A visita de Xi Jinping ao Japão em março de 2020 precisou ser cancelada e não foi realizada até o momento da saída de Shinzo Abe do posto de Primeiro-Ministro, em setembro do mesmo ano, cessando as relações entre os dois líderes.

3.3.3 Japão e os países da Península Coreana

Assim como com a China, a Coreia do Norte é um dos maiores motivos de preocupação para o Japão quanto a sua segurança e do crescente interesse no desenvolvimento de sua

capacidade militar. A ameaça nuclear que a Coreia do Norte impõe, bem como seus constantes testes balísticos, geram tensões por toda a região e alertam o Japão para a sua dependência do parceiro estadunidense no caso de defesa contra um ataque externo.

Outro tópico relevante na relação entre o Japão e a Coreia do Norte são os sequestros de japoneses por parte de norte-coreanos. Os casos se deram durante as décadas de 1970 e 1980, após tensões entre rebeldes norte-coreanos e os governos da Coreia do Sul e do Japão, quando dezessete japoneses de variadas idades e ocupações foram sequestrados e levados para a Coreia do Norte. Em 2001, o então líder norte-coreano, Kim Jong-Il, confirma o sequestro de treze japoneses, bem como a morte de oito deles por causas suspeitas, o que revolta ainda mais a população do Japão (BELINI, 2016, p. 86). Em 2002, um acordo entre os dois países garante o retorno provisório dos cinco sobreviventes dos sequestros ao Japão, mas ao impedir que os mesmos voltem para a Coreia do Norte, as relações entre os dois países tornam-se tensas novamente, principalmente pela recusa norte-coreana de permitir que os descendentes dos sequestrados pisem em solo japonês.

Algumas associações para resgate dos sequestrados foram criadas por parentes das vítimas após o incidente, e o governo japonês manteve-se em diálogo com a Coreia do Norte na tentativa de chegar a algum acordo. Desde seu primeiro mandato, ainda em 2006, Shinzo Abe presta atenção especial ao tópico e, ao retornar ao posto de Primeiro-Ministro em 2012, continuou seus esforços para solucionar o problema, pedindo o retorno de todas as pessoas sequestradas pelo vizinho do Norte (TATSUMI, 2020, p.74).

Em 2018, um esforço conjunto entre Estados Unidos e Coreia do Sul aproximou os países da Coreia do Norte, em uma série de encontros históricos entre os líderes destes Estados. Dessa forma, o posicionamento dos aliados japoneses mudou, tornando-se mais brando, e o Japão foi incentivado a seguir esta tendência, passando de uma postura com “diálogo e pressão” para “diálogo sem pré-requisitos” (TATSUMI, 2020, p.74).

As relações entre Japão e Coreia do Sul, contudo, encontram-se mais tensionadas do que entre Japão e Coreia do Norte, grande parte dessas complicações sendo resultado do histórico imperialista japonês e as ações do país contra a Coreia do Sul em guerras passadas, em especial a questão das “mulheres de conforto” da Segunda Guerra Mundial¹⁵. A ocupação do Japão sobre

¹⁵ Aproximadamente duzentas mil mulheres foram forçadas à escravidão sexual pelas forças armadas japonesas durante a Segunda Guerra Mundial. Eufemisticamente chamadas “mulheres de conforto”, elas permaneciam em “estações de conforto” criadas pelo exército japonês e instaladas ao redor da Ásia, de 1932 até o fim da Segunda Guerra Mundial. FAQs. **Comfort Woman.Org.** Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20070615011715/http://www.comfort-women.org/v2/faqs.html>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

território coreano durante o conflito e a exploração sexual de mulheres coreanas pelos japoneses se tornou um assunto sensível entre os dois países, e a recusa do Japão de desculpar-se pelos crimes cometidos contra a população coreana agravou ainda mais a situação.

Quando ocupou pela primeira vez o escritório de Primeiro-Ministro em 2006, Shinzo Abe trabalhou na reparação dos laços entre Japão e Coreia do Sul, e com ajuda do então presidente sul-coreano, Roh Moon-Yun, obteve êxito. Ao retornar em 2012, porém, Abe deparou-se com crescentes tensões entre os dois países, e tanto o presidente da Coreia do Sul da época, Lee Myung-Bak, quando sua sucessora, Park Geun-Hye, faziam críticas públicas ao Japão e a recusa de reparar seus atos durante a Guerra (TATSUMI, 2020, p.73).

O envolvimento de Barack Obama na relação entre Japão e Coreia do Sul garantiu o encontro entre Park e Abe durante as reuniões trilaterais entre os países. Ao final de seu mandato como presidente sul-coreana, Park aderiu a uma série de medidas para melhorar o relacionamento com o Japão: ela concordou com o Acordo Geral de Segurança de Informações militares em novembro de 2015, e no mês seguinte, com o acordo de resolução do caso das mulheres de conforto, em que o Japão ajudaria no financiamento de uma fundação de assistência às vítimas (TATSUMI, 2020, p.73).

Após sofrer com um impeachment, Park Geun-Hye foi substituída por Moon Jae-In, que rapidamente anulou o acordo feito com o Japão em dezembro de 2015. Além disso, uma decisão da corte sul-coreana condenou a empresa Nippon Steel a pagar compensação a empregados forçados a trabalhar durante a Segunda Guerra Mundial, e autorizou a apreensão dos ativos da empresa pelas autoridades sul-coreanas, resoluções que não sofreram interferência por parte de Moon Jae-In (TATSUMI, 2020, p.73).

Como retaliação, o Japão retirou a Coreia do Sul da sua “lista branca” de exportações do país, tornando ainda mais tensas as relações entre os dois países. Ao final do mandato de Shinzo Abe como Primeiro-Ministro, em setembro de 2020, a situação ainda não havia melhorado, mas grande parte da população japonesa atribui a falha às atitudes sul-coreanas e sua persistência com os assuntos históricos, e não ao posicionamento de Abe (TATSUMI, 2020, p.73).

3.3.4 ASEAN e Rússia

Apesar de determinado a melhorar as relações com a Rússia durante seu mandato, Shinzo Abe não conseguiu nenhum resultado expressivo nesta área. Os esforços de Abe para aproximar-se de Vladimir Putin incluíram um convite para visitar sua cidade natal no distrito de Yamaguchi durante o ano de 2014, enquanto a Rússia atuava de forma violenta na Crimeia e sofria duras críticas dos Estados Unidos (TATSUMI, 2020, p.75). Porém, estas tentativas não

geraram frutos e as relações entre os dois se mantêm estáveis até a saída de Shinzo Abe em 2020.

Já os demais países da Ásia Pacífico se colocam como uma solução para o Japão e sua tentativa de equilibrar o desenvolvimento da região, em contraponto à ascensão chinesa. O interesse japonês de solidificar uma cooperação com os países membros da ASEAN, Austrália e Índia pretende rivalizar a crescente hegemonia da China, mas também se apoia nos interesses comuns desses países de assegurar a livre circulação marítima na região, tendo em vista os problemas com a China nesse aspecto.

3.4 Considerações Parciais

O segundo capítulo desta dissertação tinha como objetivo detalhar as ações e medidas tomadas por Shinzo Abe quanto à segurança do Japão durante seu segundo mandato, correspondente ao período entre 2012 e 2020. Ao ilustrar suas origens políticas, mudanças legislativas e relacionamento com países vizinhos, é possível compreender o modo de operar de Abe e suas estratégias para desenvolver a defesa japonesa.

Por ter vindo de uma família de cunho conservador e com histórico em cargos políticos, espera-se de Shinzo Abe uma postura inclinada para o nacionalismo e militarismo do Japão, o que de fato acontece. Seu discurso “O Japão está de volta” deixa claras as intenções de Abe de melhorar a capacidade militar japonesa e de tornar o país mais assertivo no sistema internacional, principalmente através da contribuição proativa para a paz.

A legislação japonesa, contudo, impede grande parte das mudanças que Abe pretendia instaurar no país. Dessa forma, o Primeiro-Ministro foca seus esforços na modificação e criação de novas leis e acordos que beneficiem seus planos quanto à segurança do Japão. Abe consegue, em apenas oito anos, centralizar as discussões sobre defesa no Conselho de Segurança Nacional e no Gabinete do Primeiro-Ministro, bem como organizar objetivos futuros e áreas prioritárias da pasta que devem ser trabalhadas através das Diretrizes Nacionais para Segurança e Defesa, da Legislação para Paz e Segurança e dos relatórios anuais do Livro Branco. Sua vitória na Dieta Nacional com a liberação do direito de defesa coletiva para o Japão, mesmo que de forma restrita, abre novas possibilidades de manobra para o país, dando mais um passo na direção da remilitarização japonesa.

A cooperação com outros países é outro ponto chave nos planos de Shinzo Abe para a segurança do Japão. A aliança de longa data com os Estados Unidos configura-se como uma das relações mais importantes do Japão, e fortificá-la era um dos objetivos de Abe, o que foi

possível apesar das mudanças políticas internas nos EUA. Apesar da rivalidade com a China, principalmente no começo do segundo mandato de Abe, o Primeiro-Ministro foi capaz de restaurar os laços com o vizinho asiático. As Coreias, contudo, apresentam uma divergência na sua relação com o Japão: enquanto a Coreia do Norte, antes uma ameaça à segurança regional, aproxima-se dos demais países, a Coreia do Sul se afasta cada vez mais do Japão. Os demais países da ASEAN e a Rússia colocam-se como aliados potenciais, e Abe se esforça durante seu segundo mandato para manter as vias de diálogo abertas entre o Japão e esses países.

Com os principais pontos do segundo mandato de Shinzo Abe ressaltados e sua estratégia para a segurança do Japão explicada, o próximo capítulo deverá abordar a cultura estratégica do Japão enquanto governado por Shinzo Abe.

4 A CULTURA ESTRATÉGICA DO JAPÃO DURANTE O GOVERNO DE SHINZO ABE

Nos dois capítulos anteriores foram expostas as definições e discussões sobre cultura estratégica, bem como os principais pontos do governo de Shinzo Abe entre os anos de 2012 e 2020. Assim sendo, o presente capítulo fará uma discussão dos dois temas, objetivando analisar o governo de Abe à luz da cultura estratégica. O primeiro tópico trata das culturas estratégicas passadas do Japão, identificadas por Andrew Oros em momentos distintos da história japonesa. Isso se dá com o propósito de comparar as características de cada uma delas com o presente momento no Japão, de forma a deixar mais claras as mudanças sofridas ao longo do tempo quanto à visão de segurança e defesa no país.

Posteriormente, são elencados os principais pontos formadores de uma cultura estratégica, trazidos no tópico 2.2, para fim de visualizar os elementos presentes no mandato de Shinzo Abe que contribuem para a cultura estratégica japonesa. Em seguida, é feita a avaliação final dos dados e informações tratados ao longo deste trabalho, para então responder à questão se de fato existe uma nova cultura estratégica no Japão moldada por Shinzo Abe e suas ações enquanto Primeiro-Ministro japonês.

4.1 As Culturas Estratégicas Passadas do Japão

Primeiro, para entender quaisquer mudanças ou inovações que possam ter ocorrido na cultura estratégica do Japão durante o governo de Shinzo Abe, é necessário entender quais são as culturas estratégicas japonesas passadas, como surgiram e no que se apoiavam. Para isso, este primeiro tópico se dedica a uma breve descrição histórica do Japão e das três culturas estratégicas que o país já teve, de acordo com a pesquisa de Andrew Oros (2014).

A primeira cultura estratégica japonesa identificada por Oros ocorreu no período anterior à década de 1850, quando o isolamento do Japão com o resto do mundo se encerrou. Por mais de duzentos anos, o governo do shogunato Tokugawa impediu o contato entre os japoneses e o mundo exterior, em resposta ao crescimento do cristianismo no país (MORGAN, 2003, p.50). O tempo do governo Tokugawa, cunhado como Era Edo (1603-1868), foi caracterizado como o período mais longo de paz e autoridade centralizada do Japão e marcado pela urbanização, crescimento econômico, ascensão da classe média, florescimento da educação e das artes, e desenvolvimento da burocracia governamental (MORGAN, 2003, p.49).

Com o Imperador como figura divina, mas com poderes apenas simbólicos, o país era governado por uma elite militar formada principalmente pelos guerreiros samurais. Contudo, o

caráter bélico do governo japonês não incentivou tempos de guerra; na verdade, ocorreu o oposto. O rígido controle do shogun Tokugawa sobre as diferentes classes da sociedade japonesa, especialmente a samurai, a única com direito a carregar armas, contribuiu para que a paz prosperasse (MORGAN, 2003, p.49-50). Dessa forma, até o ano de 1850, é possível identificar a primeira cultura estratégica do país, de um ponto de vista internacional, como isolacionista e não-militar (OROS, 2014, p.231).

Em 1854 o país reabre seus portos para o mundo e passa por uma série de reformas políticas, econômicas e sociais. Enquanto a classe dos samurais é abolida, o Imperador é recolocado como governante estatal e o país passa a focar no desenvolvimento industrial e militar: foram adquiridas tecnologias ocidentais através de importação, mas também do intercâmbio de jovens japoneses no exterior; foi estabelecida uma força militar nacional, uma educação compulsória e sistemas bancários, de transporte e industriais (MORGAN, 2003, p.54).

Apesar do investimento na importação de conhecimentos ocidentais, não havia um plano de “ocidentalizar” o Japão. Para impedir que isto acontecesse, um grupo de intelectuais e confucionistas iniciou um movimento em 1880 para fortalecer valores tradicionais japoneses (MORGAN, 2003, p.56). As escolas eram os principais instrumentos de doutrinação, com livros e a reverência obrigatória ao Imperador ensinando a importância do serviço e sacrifício pelo país, enquanto toda a população era instruída para a veneração à crença xintoísta, aos ancestrais, ao império e à nação (MORGAN, 2003, p.56).

Anos de doutrinação levaram os governantes japoneses e a sociedade a acreditar na superioridade do país em relação aos seus vizinhos asiáticos. Mais do que isso, vendo os demais países sofrerem com a intervenção ocidental, o Japão tomou para si uma posição de líder na Ásia e, como tal, em posse do direito de compelir seus vizinhos a adotarem os valores tradicionais japoneses, mesmo contra a vontade destes países (MORGAN, 2003, p.112). Esta crença impulsionou as ações do Japão contra os demais países asiáticos, levando a conflitos armados durante a primeira metade do século XX.

É nesta época que a segunda cultura estratégica do Japão se forma, permanecendo até o fim da Segunda Guerra Mundial. Caracterizada pela preferência ao prestígio internacional, às tecnologias avançadas e ao poder militar, foi esta cultura estratégica que guiou o Japão durante a Segunda Guerra Mundial, bem como em seus esforços para conquistar territórios vizinhos antes de 1945, o que levou a guerras com países próximos como Rússia, China e Coreia (OROS, 2014, p.231-232).

A derrota em 1945 e o bombardeio das cidades de Hiroshima e Nagasaki são as principais causas para a mudança de cultura estratégica do Japão. Esta terceira fase tem como principais características o antimilitarismo e o pacifismo, com base legal na nova Constituição japonesa, promulgada em 1947 (OROS, 2014, p.232). O texto, influenciado e fortemente apoiado por forças estrangeiras, não apenas retirava os poderes políticos do Imperador e colocava-o apenas como figura simbólica, mas também abria mão do direito de declarar guerra do país e de manter quaisquer tipos de forças armadas (JAPÃO, 1947). Além disso, para garantir a defesa e segurança do Japão, um acordo foi firmado com os Estados Unidos, que na época ocupavam o território japonês após a derrota de 1945, permitindo a instalação de bases militares estadunidenses no Japão e tornando o país dependente dos EUA para defesa nacional (TREATY, 1951).

Após 1945, uma identidade antimilitarista se instalou no Japão, em consequência não apenas dos esforços das forças de ocupação estadunidenses ou das elites democráticas japonesas que agora governavam o país (BERGER, 1998, p.269). O fato de que o Japão era, anteriormente, uma sociedade liderada por figuras militares firmados na crença de defesa do Império e do Imperador, e que estes mesmos indivíduos haviam levado o Japão a participar de uma guerra desastrosa que terminou com a ocupação do território e com o Imperador a mercê de estrangeiros, também contribuiu para o sentimento antimilitarista no pós-guerra (BERGER, 1998, p.268).

Dessa forma, o Japão concentra-se no desenvolvimento econômico nas próximas décadas mantendo, ao mesmo tempo, um controle rígido sobre as forças armadas que possuía (as chamadas Forças de Autodefesa) para acalmar a população de maioria pacifista (BERGER, 1998, p.271). Ainda existiam aqueles que pediam pela normalização do Japão e uma maior atuação militar, encontrados principalmente na ala conservadora da política, mas estes eram apaziguados pelo centro (BERGER, 1998, p.275).

Aos poucos, contudo, maiores concessões foram feitas às forças militares do Japão, especialmente por conta da Guerra Fria e dos conflitos regionais na Ásia contra o comunismo. Além disso, durante a década de 1980, o então Primeiro-Ministro japonês Nakasone Yasuhiro, da ala conservadora, iniciou uma série de medidas para fortalecer o nacionalismo no país, dentre elas, uma visita ao templo Yasukuni, dedicado aos mortos em combate durante a Segunda Guerra Mundial (BERGER, 1998, p.282).

Apesar de manter a Constituição pacifista inalterada e ainda depender dos Estados Unidos para garantir sua segurança, o Japão aumentou gradativamente seu poder de resposta a situações de segurança e o espaço de manobra para suas forças de defesa. A população, ainda que

majoritariamente antimilitarista, possui grupos cada vez maiores que apoiam o aumento das capacidades de defesa do país. Os agentes mais engajados nesta mudança, contudo, são os políticos e partidos conservadores que compõem a maioria no governo japonês e de onde partiram a maioria dos Primeiros-Ministros do Japão desde 1945.

4.2 Elementos Formadores da Cultura Estratégica do Governo Abe

No capítulo anterior foram abordados os principais aspectos e medidas na área de segurança e defesa do governo Shinzo Abe, entre os anos de 2012 e 2020, como detalhado na tabela 1. Neste tópico, essas decisões serão analisadas à luz da teoria da cultura estratégica, identificando quais contribuíram para a possível formação de uma nova cultura estratégica no Japão, durante a liderança de Abe.

Tabela 1 - Principais medidas no campo de segurança nacional entre 2012 e 2020

Ano	Medida
2013	Criação do Conselho de Segurança Nacional (CSN)
2013	Aprovação da Lei do Sigilo Estatal
2013	Publicação das Estratégias de Segurança Nacional (ESN)
2013	Reformulação das Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa (DNPD)
2014	Legitimação do direito de defesa coletivo
2014	Aprovação de acordos de exportação e desenvolvimento militar
2015	Aprovação da Legislação para Paz e Segurança
2018	Atualização das Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa (DNPD)

Fonte: A autora (2020)

A cultura estratégica de qualquer Estado é formada através de elementos-chave que a compõem, mas também sofre influência dos “proprietários” dessa cultura estratégica. Como foi tratado no primeiro capítulo desta pesquisa, no tópico 2.2, as fontes da cultura estratégica são várias, mas podem-se destacar as seguintes: os aspectos geográficos do país; sua história; sua estrutura política; a natureza das suas organizações voltadas para defesa; mitos e símbolos; documentos relevantes para a estratégia nacional; normas transnacionais, mudanças geracionais e o papel da tecnologia. Os “proprietários” da cultura estratégica são as elites, as instituições

políticas e a opinião pública. Esta será a definição utilizada nesta pesquisa e, portanto, cada um dos fatores citados acima será analisado a seguir.

4.2.1 Geografia e História

Os aspectos geográficos do Japão não sofreram drásticas mudanças nos últimos séculos: os mesmos fatores que influenciaram culturas estratégicas passadas continuam a modelar suas políticas de segurança e defesa. O fato do país ser um arquipélago e, portanto, constituído de várias ilhas, no extremo do continente asiático e com relativa falta de recursos naturais são alguns dos pontos principais da geografia japonesa (OROS, 2014, p.231). Estes fatores têm grande influência em como o Japão se relaciona com seus vizinhos, tanto pela proximidade física quanto pela sua dependência do comércio regional, principalmente, para suprir suas necessidades por produtos não encontrados em suas ilhas (NAZARI, 2017, p.39).

Alguns dos motivos mais utilizados para explicar as recentes mudanças na política de defesa do Japão são as tensões regionais com vizinhos asiáticos e a percepção de ameaça à segurança nacional que líderes japoneses possuem (NAZARI, 2017, p.42). As disputas por ilhas com a China, os contínuos testes de armas da Coreia do Norte e as relações cada vez mais complicadas com a Coreia do Sul são alguns exemplos dos problemas geopolíticos enfrentados pelo Japão nas últimas décadas, e que foram citados no capítulo anterior, no tópico 3.3, em conjunto com as atitudes de Shinzo Abe para resolver estes conflitos.

Dentro das discussões geopolíticas há também um elemento histórico. Como colocado anteriormente no tópico 4.1, a primeira metade do século XX foi marcada pelas guerras de conquista do Império japonês com seus vizinhos regionais, o que gerou um ressentimento histórico que persiste até os dias atuais e possui impacto sobre as relações com estes países. O aumento do nacionalismo japonês e das suas capacidades de defesa durante o governo Abe gera desconfiança pelos demais países da Ásia, que veem estas mudanças no Japão como uma ameaça à paz regional (GARCÍA, 2020, p.21).

Quanto aos aspectos históricos do governo de Shinzo Abe que podem influenciar a cultura estratégica, é importante citar o movimento revisionista de cunho nacionalista do qual Abe participa ativamente. Este movimento se baseia na visão de que as guerras travadas pelo Japão foram em prol da preservação do país, sua paz, independência e autodefesa (NAKANO, 2018, p.203). Além disso, há o entendimento entre aqueles que participam do movimento de que o Japão foi vítima das forças estrangeiras em dois momentos: na Restauração Meiji, quando é obrigado a abrir suas fronteiras para o mundo e para a modernização; e após a Segunda Guerra

Mundial, quando é imposta uma Constituição nacional que vai contra os princípios e valores tradicionais japoneses (NAKANO, 2018, p.204).

Shinzo Abe aderiu aos ideais do movimento revisionista japonês e ajudou a criar um de seus grupos mais importantes, o Jovem Grupo de Parlamentares que consideram o Futuro do Japão e Educação Histórica, em 1997 (NAKANO, 2018, p.213). O grupo foca principalmente no revisionismo histórico em livros de educação infantil-juvenil, utilizando a educação dos jovens japoneses como uma das ferramentas mais importantes para transmitir seus valores e ideais nacionalistas.

O controle sobre textos históricos nos livros fornecidos às escolas do Japão foi um ponto que Shinzo Abe se dedicou tanto em seu primeiro mandato quanto no segundo. Abe trabalhou principalmente para retirar o termo “mulheres de conforto” dos livros escolares, objetivo alcançado em 2012 (NAKANO, 2018, p.215). Shinzo Abe mostrou resistência à Declaração de Kono, documento feito pelo ex-Secretário Chefe do Gabinete Yohei Kono, em 1993, onde fica concluído através de um estudo nacional que o exército japonês havia de fato forçado mulheres a trabalharem em bordéis durante a Segunda Guerra Mundial. A Declaração reconhecia indubitavelmente os crimes do Japão contra estas mulheres, mas foi criticado por vários conservadores nacionalistas e, durante seu segundo mandato, Abe pediu a investigação do documento, o que provocou protestos por parte do governo sul-coreano, que viu na atitude do então Primeiro-Ministro uma tentativa de minar a declaração (NAKANO, 2018, p.2016).

A aderência de Shinzo Abe ao revisionismo histórico leva a tensões com países vizinhos, por conta do seu nacionalismo e oposição a reconhecer as ações do Japão durante guerras passadas. Além disso, impulsiona sua vontade de modificar a Constituição japonesa, um dos objetivos principais de seu governo, e razão para a maioria das suas decisões quanto à segurança e defesa do país.

4.2.2 Estrutura política e Organizações de defesa

Quanto à estrutura política e organização de defesa de um país e como influencia sua cultura estratégica, Howlett dispõe algumas perguntas que podem auxiliar nesta análise:

Quais são, tradicionalmente, as características mais importantes do sistema político do país? Ele tem sido liberal-democrático ou comunista, centralizado ou descentralizado, aberto ou fechado, pluralista ou dominado por elites restritas? Existe uma tradição de estabilidade ou instabilidade? O sistema sofreu alguma mudança radical? A opinião pública teve um papel importante a desempenhar na formulação de políticas? As Forças Armadas se envolveram na política? Podem ser feitas

generalizações sobre o tipo de política e seu comportamento militar?¹⁶ (HOWLETT, 2005, p.5)

Estas questões levantadas são um bom parâmetro para a construção de respostas para o caso japonês. Logo, responder estas perguntas para entender a estrutura política japonesa e seu papel na cultura estratégica de Shinzo Abe torna-se um artifício útil. Primeiramente, desde 1945 o Japão é uma monarquia constitucional de regime parlamentar democrático, na qual o Imperador possui poderes simbólicos, e os poderes executivo, legislativo e judiciário cabem, respectivamente, ao Primeiro-Ministro e seu Gabinete, à Dieta Nacional e à Suprema Corte, de acordo com a Constituição nacional de 1947.

Como tratado no tópico 4.1, no período anterior à 1945 o Imperador gozava do poder soberano e, mesmo com a existência do cargo de Primeiro-Ministro e da Dieta Nacional nesta época, ambos dispunham de menos poderes e deveriam responder à casa Imperial (JAPÃO, 1889). Tanto a restrição dos poderes do Imperador quanto a adoção da democracia (ambos através da nova Constituição nacional de 1947) vieram após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial e sua ocupação pelos Estados Unidos.

O Partido Liberal Democrático passou a maior parte do tempo no poder. Desde sua criação em 1955, excetuando os anos entre 1993-1994 e 2009-2012, o PLD colocou 23 de seus políticos no cargo de Primeiro-Ministro, incluindo Shinzo Abe e seu sucessor, o atual (2020) Primeiro-Ministro do Japão Yoshihide Suga¹⁷. Desde a década de 1990, o poder político do Japão está concentrado no *kantei*, o Gabinete do Primeiro-Ministro (ENVALL, 2015, p.44). Quando Shinzo Abe assumiu o posto de Primeiro-Ministro pela segunda vez, em 2012, ele fortaleceu ainda mais o poder do *kantei* (TATSUMI, 2020, p.75).

Em seu segundo mandato, Shinzo Abe adotou um estilo transformacional e uma visão mais revolucionária, como pode ser visto nas mudanças que ele proporcionou às capacidades de defesa do Japão (ENVALL, 2015, p.52). Ainda assim, a política japonesa sofre influência de elites burocráticas e dos ministérios que a compõem, o que acontece no caso de Abe. O Ministério das Finanças e os ministérios responsáveis pela agricultura e comércio frequentemente possuem algum controle sobre as decisões no Gabinete do Primeiro-Ministro

¹⁶ “*What traditionally have been the most important features of the country’s political system? Has it been liberal-democratic or communist, centralized or decentralized, open or closed, pluralist or dominated by narrow elites? Is there a tradition of stability or instability? Has the system undergone any radical change? Has public opinion had much of a role to play in policy-making? Have the armed forces involved themselves in politics? Can any generalizations be made about the type of polity and its military behavior?*” HOWLETT, 2005, P.5.

¹⁷ LIBDEM Liberal Democratic Party of Japan. A History of the Liberal Democratic Party. Disponível em: <<https://www.jimin.jp/english/about-ldp/history/104227.html>> Acesso em 5 de dezembro de 2020.

(ENVALL, 2015, p.53-54), e no caso de Shinzo Abe, os Ministérios das Relações Exteriores e o da Defesa também são relevantes.

O Ministério das Relações Exteriores do Japão administra as relações entre o país e os Estados Unidos quanto a sua aliança para segurança, mas também serve como negociador principal em casos de controvérsias ou demais problemas nesta área (OROS, 2014, p.241). Já o Ministério da Defesa, criado em 2007 durante o primeiro mandato de Shinzo Abe (apesar da legislação para sua criação ser do governo anterior), ganha cada vez mais força na formulação das políticas estratégicas do país (OROS, 2014, p.242).

Um último ator de crescente influência na área de segurança e defesa do Japão é o Conselho de Segurança Nacional criado em 2016 pelo então Primeiro-Ministro Shinzo Abe. Tratado no capítulo anterior (tópico 3.2), o CSN funciona através de reuniões com o Primeiro-Ministro e outras figuras relevantes da política japonesa, e serve como fórum de discussões estratégicas e para aperfeiçoar os esforços e a coordenação interna do país quanto a sua segurança nacional (NAZARI, 2017, p.37).

A presença destes três órgãos – Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa e Conselho de Segurança Nacional – na tomada de decisões sobre a política de segurança do país demonstra a importância desta pasta para Shinzo Abe e configura-se como uma mudança em relação aos governos passados, tornando clara a posição mais dinâmica adotada pelo Japão quanto à segurança e defesa nacionais.

4.2.3 Mitos e símbolos

De acordo com Howlett, mitos e símbolos podem ser considerados “um conjunto de crenças que expressa os valores políticos fundamentais, geralmente inconscientes ou assumidos, de uma sociedade – ou seja, uma expressão dramática da ideologia” (HOWLETT, 2005, p.5-6). No caso japonês, podemos citar o xintoísmo e o culto ao imperador como mitos e símbolos relevantes para a cultura estratégica do Japão, especificamente o chamado “xintoísmo estatal”.

O xintoísmo é um sistema de crenças espirituais tradicional do Japão, não sendo considerado, contudo, uma religião. Seus pilares principais são os deuses, templos e rituais ligados a cada um, com o Imperador como figura central, de descendência divina e responsável por alguns ritos (NAZARI, 2017, p.29). O termo “xintoísmo estatal” foi usado pela primeira vez por D.C. Holtom para descrever as políticas de patrocínio e promoção do governo japonês aos templos e cerimônias xintoístas iniciado em 1870 (NAKAI, 2018, p.147). Este conceito foi reconhecido oficialmente no Japão após a publicação da Diretiva Xintoísta, um documento feito

pelas forças de ocupação no país em 1945, que exigia a imediata abolição do suporte do governo japonês ao xintoísmo, como forma de prevenir que os valores do Xinto fossem usados em propagandas ultranacionalistas e imperialistas (NAKAI, 2018, p.148).

Durante as décadas da Restauração Meiji, até o momento da Segunda Guerra Mundial, o xintoísmo estatal foi utilizado para fortalecer a crença no Imperador e no Império japonês, abrindo caminho para a expansão militar e imperialista do Japão (NAKAI, 2018, p.151). Do século XVI até após a Restauração Meiji, a estrutura social japonesa foi dividida em duas, entre a santificação de um sistema que enfatiza a hierarquia e religiões cuidam dos assuntos individuais e de vida ou morte (OKUYAMA, 2019, p.168).

Ligadas às práticas do xintoísmo estatal estão duas organizações distintas que possuem forte presença no alto escalão político japonês: a Associação Xintoísta para Liderança Espiritual, abreviada em *Shinseiren*, criada em 1969; e a *Nippon Kaigi*, ou Conferência do Japão, criada em 1997. Ambas possuem caráter nacionalista e têm entre seus objetivos principais o apoio ao Imperador, a revisão da Constituição nacional e a reformulação da educação para que se torne mais patriótica (OKUYAMA, 2019, p.172-174). Em 2019, 211 dos 415 membros da Casa dos Representantes, 83 dos 242 membros da Casa dos Conselheiros, e 16 dos 20 membros do Gabinete do Primeiro-Ministro Shinzo Abe eram parte do *Shinseiren*, enquanto a maioria dos membros do *Nippon Kaigi* são filiados ao Partido Liberal Democrático, do qual Abe faz parte (OKUYAMA, 2019, p.173).

Dessa forma é possível perceber que o xintoísmo estatal, apesar de ser uma política datada do século XIX, ainda é adotada por grupos do atual governo japonês. Enquanto o Japão erguia-se como um império no começo do século XX, o xintoísmo estatal possuía força e era praticado nacionalmente. Após a derrota do país na Segunda Guerra Mundial, ele enfraqueceu, retornando aos poucos aos altos escalões do poder político do Japão, até o momento presente, quando a maior parte das figuras mais importantes do governo japonês aderem aos preceitos do xintoísmo estatal.

4.2.4 Documentos relevantes para a estratégia nacional

Os documentos mais relevantes para a política de segurança nacional do Japão e que a influenciam de forma significativa são: a Constituição de 1947, os acordos de cooperação em segurança com os Estados Unidos, sua Estratégia de Segurança Nacional e as Diretrizes do Programa de Segurança Nacional. Tanto a Constituição quanto os acordos com os EUA datam da metade do século XX e apenas o segundo sofreu mudanças significativas. Enquanto isso, as ESN e as DPSN mudam regularmente, se adaptando aos interesses da administração corrente.

A atual Constituição do Japão foi promulgada em 3 de novembro de 1946 pela Assembleia Imperial japonesa, mas entrou em vigor apenas no dia 3 de maio de 1947 (A CONSTITUIÇÃO, 2002, p.54). Apesar de aprovada por um parlamento formado por cidadãos japoneses, o texto foi escrito pela equipe do General Douglas MacArthur, na época, líder das forças armadas das potências Aliadas na Ásia e supervisor da ocupação do Japão pelo exército estadunidense. O objetivo principal era introduzir valores democráticos e anti-imperialistas no Japão, em uma tentativa de impedir a manutenção do antigo sistema em vigor no país, responsável pelo posicionamento agressivo japonês durante a primeira metade do século XX (NAZARI, 2017, p.33).

O preâmbulo da Constituição do Japão de 1947 dita que o poder reside no povo e que o governo é a representação deste grupo. Além disso, fica determinado o desejo do povo japonês pela paz e pela participação do Japão na comunidade internacional. Enquanto o primeiro capítulo coloca o Imperador como um símbolo do Estado e do povo, o segundo capítulo trata da renúncia à Guerra, ao direito à beligerância do Estado, e à manutenção de qualquer força potencialmente bélica (JAPÃO, 1947).

Estas são as partes mais relevantes da Constituição para a política de segurança do Japão e, apesar de ter sido reinterpretada em alguns momentos desde sua promulgação (para criação das Forças de Autodefesa japonesas e para garantir o direito de defesa coletiva), o texto constitucional nunca foi modificado.

O Tratado de Paz de São Francisco, datado de 8 de setembro de 1951, entre os países das forças Aliadas e o Japão, teve como objetivo sedimentar a paz e cooperação entre as partes e declarar oficialmente o fim da guerra. É neste documento que fica determinada a entrada do Japão nas Nações Unidas e sua conformidade com os princípios e valores defendidos pela instituição, bem como o retorno de territórios conquistados pelo Japão durante o conflito (1952, p.46-48). Na mesma ocasião, Japão e Estados Unidos firmaram seu primeiro acordo de segurança, no qual fica exposto o uso do território japonês pelas forças armadas estadunidenses, como forma de garantir a segurança do Japão (1951).

Este foi o começo da cooperação entre Japão e Estados Unidos na área de segurança, com outros tratados sendo firmados após o de 1951. Entre os mais relevantes estão o Acordo de Cooperação Mútua e Segurança entre Japão e Estados Unidos de 1960, que substituiu o de São Francisco de 1951 e adiciona alguns itens importantes como: conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas e comprometimento em resolver conflitos através de meios pacíficos; ajuda mútua na manutenção e desenvolvimento das capacidades de resistência à

ataques armados; cooperação em casos de ameaça à integridade das partes; e permanência das forças estadunidenses no território japonês (1960).

Ao longo dos quase setenta anos de cooperação entre o Japão e os Estados Unidos na área de segurança, outros acordos e tratados foram firmados, desenvolvendo os termos da parceria entre os dois. Os últimos documentos mais relevantes para esta pauta são as Diretrizes para Cooperação em Defesa para o Japão-EUA, com sua edição mais recente datada de 2015, durante o mandato de Shinzo Abe. Seguindo a revisão do direito à defesa coletiva de 2014 (citado no tópico 3.2), as Diretrizes de 2015 permitem ao Japão o envio de suas Forças de Autodefesa a qualquer lugar do mundo, ao determinar que o mesmo deve ajudar seus aliados caso estejam sob ataque, independente da região onde isto ocorra (2015). Além disso, por conta da liberação de exportação de armas de 2014 (também tratado no tópico 3.2), as Diretrizes também autorizam a cooperação quanto à equipamento de defesa, um tópico inédito nos acordos de segurança dos dois países (2015).

As Estratégias de Segurança Nacional e as Diretrizes Nacionais do Programa de Segurança também são documentos importantes para compreender a cultura estratégica do Japão sob Shinzo Abe. Como foi colocado por Oros (2014, p.244), a estratégia de segurança nacional de um Estado reflete a sua cultura estratégica. Como discutido no tópico 3.2, tanto as ESN quanto as DNPS focam na cooperação para segurança, especialmente com os Estados Unidos, mas também pedem uma aliança com outros países e a promoção proativa dessa cooperação internacionalmente (no caso das ESN) e a maximização das capacidades de defesa do Japão (no caso das DNPS).

4.2.5 Normas transnacionais, Mudanças geracionais e Tecnologia

Normas transnacionais, de acordo com Howlett (2005) definem o propósito e possibilidade de mudança militar e fornecem orientação quanto ao uso da força. No caso do Japão, os acordos que o colocam como parte da comunidade das Nações Unidas e seus tratados de segurança com os Estados Unidos (citados no tópico 4.2.4 anteriormente) podem ser considerados normas transnacionais. Porém, analisando o governo de Shinzo Abe especificamente e a mudança da cultura estratégica japonesa, podemos citar a revisão do direito de defesa coletiva como uma importante norma transnacional.

O processo realizado para reconhecimento do direito de defesa coletiva no Japão foi abordado no tópico 3.2, mas vale a pena lembrar o interesse de Shinzo Abe neste tema. Dado que uma revisão constitucional não é possível no Japão, outras formas de modificar a política de segurança do país são através de reinterpretações de leis e artigos, neste caso, do direito de

defesa coletivo, que garante atos de autodefesa caso algum membro das Nações Unidas seja atacado (UN CHARTER, 1945).

Mesmo fazendo parte da ONU, o Japão possui suas ações restritas por conta da Constituição nacional e o nono artigo. Porém, ao garantir o direito de defesa coletiva em 2014, parte dessas restrições é eliminada, permitindo ao Japão maior variedade de opções quanto a sua segurança e de seus aliados, de acordo com os planos de Shinzo Abe. Existem algumas condições para o uso deste direito (o ataque deve ser um risco à existência do Japão, não deve haver outra solução para o conflito além do uso da força, este mesmo uso da força deverá ser o mínimo possível), mas da mesma forma, é possível afirmar que esta nova liberação facilita o objetivo japonês de participar proativamente da comunidade internacional (KUROSAKI, 2018).

Outro fator influente na modificação da cultura estratégica de um Estado são as mudanças geracionais. As diferentes experiências vividas pelas gerações de um país exercem poder sobre suas opiniões e ações diretamente. No caso japonês, existe uma lacuna entre as gerações que vivenciaram a guerra e suas imediatas consequências, e as gerações mais jovens, acostumadas aos tempos de paz.

As gerações mais antigas, sob a influência dos acontecimentos em tempos de guerra, tendem a resistir às mudanças propostas por Shinzo Abe e seus aliados de aumentar as capacidades bélicas do Japão e distanciar-se dos valores pacifistas da Constituição. Enquanto isso, as gerações mais novas, vivendo em tempos de crescente nacionalismo, são mais facilmente convencidas a apoiarem as ações de Abe quanto à segurança e defesa do país (ENVALL, 2015, p.64).

Ao longo dos mais de 70 anos desde a promulgação da Constituição pacifista do Japão, profundas mudanças tecnológicas ocorreram, inclusive na área de segurança nacional. Dessa forma, quando Shinzo Abe desenvolve a política de defesa japonesa, ele também se volta para o campo de segurança cibernético, contando com a aliança com os Estados Unidos para desenvolver esta área (KALLENDER, HUGHES, 2016, p.3). Tanto a Estratégia de Segurança Nacional quanto as Diretrizes Nacionais do Programa de Segurança (documentos-chave da política de segurança de Shinzo Abe) trazem o espaço cibernético como importantes áreas de atuação para o Japão no futuro.

4.2.6 Os Proprietários da Cultura Estratégica

Como tratado no tópico 2.2 deste trabalho, existem grupos dentro do Estado considerados proprietários da Cultura Estratégica. De acordo com Lantis (2014), líderes e instituições

políticas respeitam convicções históricas e multilaterais de seu país, mas também podem escolher quando e onde reivindicar certas tradições de sua cultura estratégica: eles são usuários estratégicos da cultura que redefinem os limites possíveis em determinadas questões de política externa (LANTIS, 2014, p.174). Entre esses proprietários da cultura estratégica, podemos destacar três grupos: a elite política, as instituições políticas e a opinião pública (UZ ZAMAN, 2009, p.82). Estes três grupos de atores serão analisados agora, à luz da política japonesa, especificamente, do segundo mandato de Shinzo Abe.

Dois grupos distintos podem ser identificados como parte da elite japonesa: os políticos do Partido Liberal Democrático (PLD) e os burocratas de alto nível (NAZARI, 2017, p.22). No Japão é mais fácil para membros de uma mesma família com tradição política serem eleitos, tendo em vista que herdaram de seus antecessores o apoio financeiro, uma base de suporte e a notoriedade de seu nome (NAZARI, 2017, p.23). Esse fenômeno possibilita a permanência de um pequeno grupo de indivíduos nas altas instâncias de poder do país, com os mesmos valores e opiniões (NAZARI, 2017, p.24). Shinzo Abe faz parte deste grupo, pois tanto seu avô, tio avô e pai foram políticos de renome antes dele, e Abe compartilha das mesmas opiniões de seus familiares.

Já a atual elite burocrática do Japão é uma continuação da existente durante os tempos do Império, a qual se adaptou para trabalhar junto com os ministérios, bancos privados e outras instituições (FRIEDMAN, 2017). Após a crise econômica do Japão na década de 1990, essa elite perdeu força por ser considerada a culpada, mas permanece como um dos grupos mais influentes da política japonesa pois não há como substituí-los por outro, bem como pelo fato de que vários burocratas se tornam membros de partidos políticos (e vice-versa), principalmente do PLD (NAZARI, 2017, p.25).

Dentre as instituições políticas relevantes para a cultura estratégica do Japão, o Gabinete do Primeiro-Ministro, a Dieta Nacional, a Suprema Corte e o Partido Liberal Democrático podem ser elencados como os principais atores. Estes atores já foram discutidos no tópico 4.2.2. e demais tópicos, mas é importante ressaltar que enquanto os três primeiros representam os órgãos supremos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, respectivamente, o PLD é o partido político com maioria nestes espaços, situação que se mantém por décadas.

Já a opinião pública em um Estado democrático é considerada essencial para a formação de suas políticas nacionais. No caso japonês, a opinião pública tem influência sobre as decisões do país por ser considerada estável, coerente e por não ser facilmente influenciada pelas elites, principalmente em questões de segurança nacional (TOLLEFSON, 2018, p.26).

De pacifismo para um realismo defensivo, pesquisas indicam o crescente apoio ao aumento das capacidades das Forças de Autodefesa do Japão por parte da população japonesa, enquanto o Primeiro-Ministro Shinzo Abe dá mais importância para essa opinião em seu segundo mandato, tentando afastar-se das críticas negativas que sofreu durante sua primeira vez no posto (TOLLEFSON, 2018, p.55-57).

Em uma pesquisa de 2009, apenas 14,1% dos entrevistados defendiam que deveria haver um aumento no tamanho das Forças de Autodefesa do Japão: em 2012, esse número cresceu para 24,8%; em 2015, para 29,9%; e em 2018, 29,1% (WEXLER, 2020, p.25-26). Em 2015, uma pesquisa constatou que 40% do público apoiava o modo como o governo interpretava a Constituição, enquanto 35% apoiava emendas constitucionais e apenas 20% pediam por uma observação estrita do texto (WEXLER, 2020, p.27). Observando os dados coletados nessas pesquisas, é possível afirmar que a opinião pública no Japão está mudando nas últimas décadas.

Esses dados demonstram que, a partir de 2009, uma maior parte da população apoiou as decisões do governo de Shinzo Abe de aumentar a capacidade de defesa do país sem modificar a Constituição. Essa transformação pode ser atribuída não apenas a permanência do partido conservador PLD no poder por várias décadas, ou a ineficácia de seus opositores quando assumiram o governo em anos anteriores, mas também pelas crescentes tensões regionais que trazem à tona a dependência do Japão de uma força estrangeira para garantir sua segurança nacional.

4.3 Considerações parciais

Em 2012 Kenneth Pyle descreveu a política japonesa através de oito “nãos”: não intervir internacionalmente, não exercer o direito de defesa coletiva, não projetar as capacidades de poder, não ter armas nucleares, não exportar armas, não compartilhar tecnologia de defesa, não ter um orçamento para defesa maior do que 1% do PIB, e não fazer uso militar do espaço (KINGSTON, 2019, p.155-156). Em 2015, excetuando o uso de armas nucleares, todas as demais restrições não existiam mais na política do Japão.

Durante este período de mudança, Shinzo Abe era o Primeiro-Ministro do Japão pela segunda vez, mas desde seu primeiro mandato em 2006, ele expressava seu desejo de modificar o país e sua política de segurança e defendia a revisão constitucional para afastar-se do “regime pós-guerra” (RYU, 2018, p.9). Este termo referia-se ao antimilitarismo instaurado no Japão durante o período de ocupação do país após sua derrota na Segunda Guerra Mundial e a crença de grupos pertencentes à ala conservadora e ao movimento revisionista histórico de que a

Constituição de 1947 foi imposta por forças estrangeiras e, por isso, não refletia o verdadeiro espírito japonês. Estas críticas existem desde a década de 1950, mas nos últimos anos vem ganhando força, e o governo de Shinzo Abe é prova disso.

Líder do partido de maior poder nacional e de caráter conservador, o PLD, pertencente a grupos revisionistas, e contando com o apoio de demais políticos de mesma inclinação, Shinzo Abe conseguiu modificar a política de segurança do Japão de forma inédita no país. Decisões históricas como a reinterpretação da Constituição para garantir o direito de defesa coletivo ao Japão demonstram que Abe levou o país para um caminho de maior capacidade para garantir sua segurança nacional.

Ainda assim, dúvidas surgem quando se estuda o impacto do governo de Shinzo Abe no Japão. O questionamento vigente é se Abe representa uma mudança radical na história japonesa, ou se ele apenas segue uma evolução na política do país (GARCÍA, 2020, p.4). Da mesma forma, pode-se pensar a cultura estratégica do Japão nos anos em que Abe exerce o cargo de Primeiro-Ministro: há uma nova cultura estratégica no país, ou apenas uma modificação da anterior?

No tópico 2.3, o modelo criado por Charlton e Lantis (2011) para análise da mudança de cultura estratégica enumera as seguintes condições necessárias para que isto ocorra: alterações na geopolítica ou na geoestratégia, em conjunto com choques externos, levam a uma reconsideração do comportamento ou ordenamento de segurança e defesa de um país. Tomando como base para a determinação da mudança de cultura estratégica este modelo e através dos dados e fatos levantados nesta pesquisa, expostos em tópicos e capítulos anteriores, acredita-se que não há uma nova cultura estratégica no Japão, apesar das medidas históricas tomadas durante o segundo mandato de Shinzo Abe. Na verdade, o sucesso de Abe em alcançar novos patamares para a segurança e defesa do Japão são resultado de uma evolução histórica e do fortalecimento de uma classe que pede pela remilitarização japonesa.

Tomando as palavras de Oros: “[...] pode-se conceituar a atual identidade de segurança do Japão como em fluxo, ou sob cerco pelo que já foi uma voz minoritária na política japonesa” (OROS, 2014, p.233-234). Ao enumerar os principais pontos formadores da cultura estratégica e seus proprietários, analisando-os ao longo do governo Abe, espera-se ter deixado claro que Shinzo Abe pode ser considerado como ator que mais mudou as regras que limitam a atuação japonesa quanto à sua própria segurança e defesa.

Quanto aos aspectos geográfico e históricos no Japão, percebe-se que há uma maior tensão regional, decorrente de mudanças geopolíticas na Ásia, bem como um aumento do nacionalismo entre a população japonesa. Da mesma forma, a estrutura política se concentrou

no Gabinete do Primeiro-Ministro, enquanto a maioria dos membros da Dieta Nacional participa do Partido Liberal Democrático, de grupos revisionistas ou apoia os dois. Tanto o fortalecimento do Ministério das Relações Exteriores e do da Defesa na formulação das políticas de segurança do Japão, quanto a criação de um Conselho de Segurança Nacional demonstram o quanto esta área tornou-se relevante no país.

O aumento no apoio aos valores propagados pelo xintoísmo estatal entre figuras-chave do governo japonês também demonstra uma mudança para com décadas passadas, e facilita as discussões sobre a revisão da Constituição nacional. As modificações no acordo com os Estados Unidos, garantindo maior capacidade de defesa ao Japão, coincide com sua nova Estratégia de Segurança Nacional e com suas Diretrizes do Programa de Segurança Nacional, ambas também determinando uma atuação mais assertiva do Japão quanto à segurança nacional, regional e internacional.

A decisão inédita de garantia do direito de defesa coletivo ao Japão é um dos exemplos mais importantes para visualizar as transformações que ocorrem na política japonesa, transformações estas que encontram apoio cada vez maior entre a população, especialmente as novas gerações. A preocupação de políticos japoneses com expandir sua segurança para áreas tecnológicas e espaciais segue uma tendência mundial, com aprovação de uma elite cada vez mais voltada para a criação de um Japão proativo internacionalmente e com capacidade para garantir sua segurança nacional.

Comparando com as culturas estratégicas passadas japonesas, há uma mudança em relação ao momento em que Abe governa o país. Enquanto a primeira cultura estratégica do Japão foi isolacionista, a segunda militarista, e a terceira e mais atual pacifista, é possível perceber que o Japão se afasta lentamente desta última, em parte, pela atuação de Abe e suas decisões políticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posse de Shinzo Abe em 26 de dezembro de 2012 encerrou um período de constantes trocas no Gabinete ministerial, concentrando o poder mais uma vez na ala conservadora com um membro do Partido Liberal Democrático (PLD) liderando o país e com a maioria na Dieta Nacional nacional sendo filiada ao PLD. Os esforços do ex-premiê de fortalecer o Japão internacionalmente não foram recebidos com total aprovação por políticos e pela sociedade, mas geraram frutos para o país.

O objetivo principal de Abe de revisar a Constituição do país não foi alcançado, mas ele obteve sucesso na sua reinterpretação, legitimando o direito de defesa coletivo do Japão. Além disso, Shinzo Abe criou órgãos de defesa nacional, aprovou novas leis de segurança e defesa, autorizou o desenvolvimento da indústria militar nacional e capacitou as Forças de Autodefesa à atuarem internacionalmente para garantia da segurança do Japão.

Em seu segundo mandato, Shinzo Abe deu voz a grupos cada vez mais fortes no cenário político japonês: os movimentos revisionistas, nacionalistas e conservadores que pedem por um Japão militarmente expressivo. Há décadas os membros destes movimentos participam de órgãos do alto escalão governamental do país, mas apenas agora há um avanço significativo em direção à sua meta de revisão constitucional, comum à Shinzo Abe. O maior obstáculo aos planos de transformar o setor militar do Japão partia da própria população, contrária ao que eles consideravam um retorno ao status japonês antes da Segunda Guerra Mundial. As memórias da derrota e das perdas sofridas nesta época colocavam a opinião pública no Japão majoritariamente contra a mudança da Constituição, mas as últimas décadas viram esta porcentagem mudar lentamente.

Quando, na década de 1990, o Japão sofreu com a estagnação causada pelas crises econômicas interna e asiática, o mundo observa a rápida ascensão chinesa. Também na Ásia, crises constantes ocorrem por conta dos testes armamentistas da Coreia do Norte, que ignora críticas dos países vizinhos. Apesar de ser um importante parceiro econômico, as relações entre Japão e Coreia do Sul, cada vez mais se deterioram por conta de ressentimentos históricos da época da Segunda Guerra Mundial. Por fim, a parceria com os Estados Unidos deve ser sempre mantida cuidadosamente, de forma não arriscar a segurança nacional japonesa, altamente dependente da força estadunidense.

Os fatores citados acima são alguns dos responsáveis pela mudança da opinião pública, que passa a ser favorável, em sua maioria, às políticas de segurança de Shinzo Abe e ao fortalecimento do Japão militarmente. Essa mudança carrega consigo também um aumento no

nacionalismo e o distanciamento com o pacifismo constitucional, fato inédito desde 1945 e que levanta o questionamento acerca do surgimento de uma nova cultura estratégica no Japão.

Ao analisar os fatores culturais que guiam Shinzo Abe e suas decisões governamentais, percebemos que ele segue uma tendência evolucionar na sociedade japonesa, uma que está presente desde a década de 1950. As críticas à Constituição de 1947 existem desde sua promulgação, mas aqueles que pediam por sua revisão não possuíam poder ou apoio suficiente para iniciar este procedimento.

O momento atual é propício às novas configurações de segurança do Japão, como fica provado pelo segundo mandato de Shinzo Abe. Uma mudança constitucional, com modificação total do 9º artigo e abandono do pacifismo, porém, não é possível. Mesmo com apoio público, uma expressiva porcentagem populacional ainda defende um Japão mais pacífico, o que impede os políticos responsáveis pelo país de aprovarem a revisão da Constituição.

Além disso, o possível armamento japonês e retorno de suas forças militares são perspectivas que alarmam os vizinhos regionais. As memórias dos conflitos históricos e principalmente do expansionismo do Japão na primeira metade do século XX ainda são vívidas entre os países da Ásia, e sua desconfiança com o Japão influencia até os dias atuais nas relações entre eles.

O fato de Abe ter impulsionado mudanças importantes na política de segurança do Japão significa que o país caminha a um novo rumo. Se esta estrada continuará a ser traçada por seu sucessor, Yoshihige Suga, deve ser algo a ser observado. Suga era o braço-direito de Abe durante seu segundo mandato e afirmou que continuaria o legado de seu antecessor. Porém, no cenário atual de pandemia mundial, adiamento dos Jogos Olímpicos em Tóquio e recessão econômica, torna-se incerto o futuro do país.

REFERÊNCIAS

ABE, Shinzo. **Japan is Back**. Washington D.C.: CSIS, 22 de fevereiro de 2013. Discurso proferido pelo Primeiro-Ministro do Japão no Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos. Disponível em: <https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201302/22speech_e.html> Acesso em 22 de setembro de 2020.

A CONSTITUIÇÃO Japonesa: princípios e problemas. Tradução de Jesus Tupã Silveira Gomes. Edição Especial da Revista de Direito da Faculdade de Direito da UFRGS. N.22. P.54-64. 2002.

AKIMOTO, Daisuke. **The Abe Doctrine: Japan's Proactive Pacifism and Security Strategy**. Tokyo. Palgrave Macmillan. 2018.

ALLISON, Graham T. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**. Little, Brown and Company. Boston. 1971.

BALL, Desmond. **Strategic Culture in the Asia-Pacific Region**. Security Studies 3, no.1. 1993. P. 44-74.

BELINI, Lais Santos. **A relevância da “questão dos sequestros” nas relações bilaterais entre Japão e Coreia do Norte**. Revista Defesa e Segurança. V.2. P. 81-95. 2016.

BERGER, Thomas U. Norms, Identity, and National Security in Germany and Japan. In: KATZENSTEIN, Peter J. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. Columbia University Press, New York. Cap. 9. P.261-291. 1998.

BOOTH, Ken. The Concept of Strategic Culture Affirmed. In: JACOBSEN, Carl G. **Strategic Power USA/USSR**. 1990. P. 121-128.

CARLETTI, Anna; DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos. **A Política Externa de Shinzo Abe (2012-2019): uma nova orientação japonesa**. Cadernos de Relações Internacionais e Defesa. V.2, No.2, 2020/1. P. 23-43.

CHANLETT-AVERY, Emma; CAMPBELL, Caitlin; WILLIAMS, Joshua A. **The U.S.-Japan Alliance**. Congressional Research Service. Junho 2019.

CHARLTON, Andrew A.; LANTIS, Jeffrey S. **Continuity or Change? The Strategic Culture of Australia**. Comparative Strategy, 30:4, 2011. P. 291-315.

ENVALL, H.D.P. **Japanese Diplomacy: The Role of Leadership**. State of New York University Press. 2015.

FAQs. **Comfort Woman.Org**. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20070615011715/http://www.comfort-women.org/v2/faqs.html>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

FRIEDMAN, George. **Japanese Exceptionalism**. Geopolitical Futures. 28 de junho de 2017. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/japanese-exceptionalism/>> Acesso em 5 de dezembro de 2020.

GARCÍA, Gadea C. **The Stability of Northeast Asian geopolitical scenario and Abe Doctrine**. Master's Thesis. Master Degree in Geopolitics and Strategic Studies. Universidad Carlos III. Madri. 30 de janeiro de 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. 13ª reimpr. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

GRAY, Colin S. **National Style in Strategy: The American Example**. *International Security*, Vol. 6, No. 2, 1981. P.21-47.

GRAY, Colin S. **Strategic Culture as Context: The First Generation of Theory Strikes Back**. *Review of International Relations*, Vol. 25, No. 1. 1999. P.49-69.

GUIDELINES of Japan-U.S. Defense Cooperation. 27 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.mod.go.jp/e/d_act/us/ampo/shishin_20150427e.html> Acesso em 20 de novembro de 2020.

HERZ, Mônica. **A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica**. *Contexto Internacional*, Vol.6, Ano 3, 1987. P. 61-76.

HOWLETT, Darryl. **Strategic Culture: Reviewing Recent Literature**. *Strategic Insights*. Vol. IV. Issue 10. 2005.

HUGHES, Christopher W. **Japan's Foreign and Security Policy Under the 'Abe Doctrine': New Dynamism or New Dead End**. Palgrave Macmillan. 2015.

JAPÃO. **A Constituição do Japão de 1947**. Embaixada do Japão no Brasil. 2012. Disponível em: <<https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

_____. **Act on the Protection of Specially Designated Secrets**. No. 108. 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.japaneselawtranslation.go.jp/law/detail/?ft=1&re=2&dn=1&x=34&y=18&co=01&ia=03&ja=04&ky=the+act+on+protection+of+specially+designated+secrets&page=15>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

_____. **Constituição Meiji**. 1889. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c02.html>> Acesso em 5 de dezembro de 2020.

_____. **Defense of Japan 2016**. Annual White Paper Digest Part 2. Ministério da Defesa do Japão. 2016a.

_____. **Defense of Japan 2019**. Annual White Paper Digest Part 2. Ministério da Defesa do Japão. 2019.

_____. **Defense of Japan 2020**. Annual White Paper. Ministério da Defesa do Japão. 2020.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **National Security Strategy**. 6 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1we_000081.html> Acesso em 22 de setembro de 2020.

_____. **National Defense Program Guidelines.** Ministério das Relações Exteriores do Japão. 17 de Dezembro de 2013a.

_____. **National Security Strategy.** Ministério das Relações Exteriores do Japão. 17 de Dezembro de 2013b.

_____. **Peace and Security Legislation.** Ministério das Relações Exteriores do Japão. 2016b.

JEPPERSON, Ronald L., WENDT, Alexander, KATZENSTEIN, Peter J. Norms, Identity, and Culture in National Security. In: KATZENSTEIN, Peter J. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics.** Columbia University Press. 1996. P. 8-43.

JOHNSTON, Alastair Iain. **Thinking about strategic culture.** International Security, Vol. 19, No. 4. 1995. P. 32-64.

JONES, David R. Soviet Strategic Culture. In: JACOBSEN, Carl G. **Strategic Power USA/USSR.** 1990. P. 35-49.

KERR, Pauline. **Strategic Cultures in the Asia-Pacific Region by Ken Booth, Russel Trood Review.** The Journal of Asian Studies, Vol. 59, No.2. 2000. P.382-384.

KINGSTON, Jeff. On-Hand Clapping: Japanese Nationalism in the Abe Era. In: SOHN, Yul; PEMPEL, T.J. (ed.). **Japan and Asia's Contested Order: The Interplay of Security, Economics and Identity.** Palgrave Macmillan. Cap.7. P.147-163. 2019.

KLEIN, Bradley S. **Hegemony and Strategic Culture: American Power Projection and Alliance Defense Politics.** Review of International Studies, Vol. 14, No. 2. 1988. P. 133-148.

KLEIN, Yitzhak. **A theory of strategic culture.** Comparative Strategy. Vol. 10. 1991. P. 3-33.

KUROSAKI, Masahiro. Japan's Evolving Position on the Use of Force in Collective Self-Defense. **Lawfare.** 23 de Agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.lawfareblog.com/japans-evolving-position-use-force-collective-self-defense>> Acesso em 20 de novembro de 2020.

LANTIS, Jeffrey S. **Strategic Cultures and Security Policies in the Asia-Pacific.** Contemporary Security Policy, 35:2. 2014. P.166-186.

LIBDEM Liberal Democratic Party of Japan. A History of the Liberal Democratic Party. Disponível em: <<https://www.jimin.jp/english/about-ldp/history/104227.html>> Acesso em 5 de dezembro de 2020.

MIE, Ayako. Politicians open debate on Article 96. **The Japan Times.** 10 de maio de 2013. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2013/05/10/national/politics-diplomacy/politicians-open-debate-on-article-96/>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

MORGAN, Forrest E. **Compellence and the Strategic Culture of Imperial Japan: Implications for Coercive Diplomacy in the Twenty-First Century.** Praeger. 2003.

NAKAI, Kate W. State Shinto. In: SAALER, Sven; SZILPAM, Christopher W.A. (Eds). **Routledge Handbook on Modern Japanese History.** Routledge. Cap.11. P.147-159. 2018.

NAKANO, Koichi. History, Politics, and Identity in Japan. In: CLEMENTS, K.(ed). **Identity, Trust, and Reconciliation in East Asia**. Palgrave Macmillan. Cap. 9. P. 201-222. 2018.

NAKARI, Saman. **Changes in Japan's Strategic Culture: The Seven Sins to Pacifism**. Bachelor Thesis in Global Studies. University of Gothenburg. 2017.

OKUYAMA, Michiaki. **Rethinking "State Shinto" in the Past and the Present**. Numen. Vol. 66. Issue 2-3. P.163-184. 2019.

OROS, Andrew L. **Japan's Security Renaissance**. Columbia University Press. Nova Iorque. 2017.

OROS, Andrew L. **Japan's Security Strategic Culture: Security Identity in a Fourth Modern Incarnation?** Contemporary Security Policy, 35:2, 2014. 227-248.

PYLE, Kenneth B. **Japan's Return to Great Power Politics**. Asia Policy, Vol. 13, No.2. 2018. P.69-90.

REEVES, Julie. **Culture and International Relations: narratives, natives and tourists**. Routledge. Taylor and Francis e-Library. 2004.

RYU, Yongwook. **To revise or not to revise: the "peace constitution", pro-revision movement, and Japan's national identity**. The Pacific Review. Vol.31. Issue 5. 2018.

SECURITY Treaty Between the United States and Japan. 8 de setembro de 1951. Disponível em: <https://avalon.law.yale.edu/20th_century/japan001.asp> Acesso em 20 de novembro de 2020.

SNYDER, Jack L. **The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operation**. The Rand Corporation. Santa Monica. 1977.

SOLÍS, Mireya. **US-Japan relations in the era of Trump: Navigating the turbulence of "America First"**. México y la Cuenca del Pacífico. Vol. 8, No. 24. 2019. P.9-17.

SUPPO, Hugo Rogelio. O Papel da Dimensão Cultural nos Principais Paradigmas das Relações Internacionais. In: SUPPO, Hugo Rogelio, LESSA, Mônica Leite. **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. P. 13-43.

TATSUMI, Yuki. **Abe Shinzo: Diplomat-in-Chief**. Korea Economic Institute in Joint U.S. – Korea Academic Studies. Vo.31. 2020. P.65-80.

TELLIS, Ashley J. Understanding Strategic Cultures in the Asia-Pacific. In: TELLIS, Ashley J; SZALWINSKI, Alison; WILLS, Michael (ed). **Strategic Asia 2016-17**. The National Bureau of Asian Research. 2016. P.3-26.

TOGOH, Isabel. Shinzo Abe, Japan's longest-serving Prime Minister, resigns due to ill-health. **Forbes**. 28 de Agosto de 2020. Editor's Pick. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/isabeltogoh/2020/08/28/shinzo-abe-japans-longest-serving-prime-minister-resigns-due-to-ill-health/#3bbad7ef1744>> Acesso em 20 de setembro de 2020.

TREATY of Mutual Cooperation and Security Between Japan and the United States of America. 19 de janeiro de 1960. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>> Acesso em 20 de novembro de 2020.

TREATY of Peace with Japan (with two declarations). Signed at San Francisco, on 8 September 1951. Treaty Series, number 1832. 1952. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf>> Acesso em 20 de novembro de 2020.

UNITED NATIONS. **UN Charter**. Artigo 51. 1945. Disponível em: <<https://www.un.org/en/sections/un-charter/un-charter-full-text/>> Acesso em 22 de setembro de 2020.

UZ ZAMAN, Rashed. **Strategic Culture: A “Cultural” Understanding of War**. Comparative Strategy. 28:1. 2009. P. 68-88.

WATANABE, Paulo Daniel. **Segurança e Política Externa do Japão no Pós-Segunda Guerra Mundial**. Dissertação de mestrado apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2012. 154f.

WEXLER, Kate. **The Power Politics: How Right-Wing Political Parties Shifted Japanese Strategic Culture**. Honors Thesis. International Affairs Program. University of Colorado, Boulder. 3 de abril de 2020.